



## Centro Regional de Assistência Técnica do FMI para a África Austral (AFRITAC Sul)

Relatório Anual do EF 20

e Prioridades da Prestação de DC Atualizadas para o EF 21

Setembro de 2020





**Abdoul Aziz Wane**  
COORDENADOR DO CENTRO



**Nicola Isabel Lemos de Mvuayi**  
PRESIDENTA DO COMITÉ DE PILOTAGEM DO AFRITAC SUL (AFS)

O presente relatório é apresentado num momento em que a comunidade internacional está a desenvolver esforços concertados para ajudar os países a responder melhor à pandemia da COVID-19 e a mitigar o seu impacto. É com agrado que neste relatório destacamos os progressos dos países do AFRITAC Sul no EF 20<sup>1</sup> e apresentamos um programa de desenvolvimento de capacidades (DC) para o EF 21. Este último reflete, *inter alia*, as opiniões dos membros sobre a assistência técnica (AT) e as prioridades de formação para responder melhor a um agravamento do ambiente macroeconómico e acelerar a execução dos planos de reforma. Num contexto de falta de visibilidade de perspectivas de uma flexibilização das restrições de viagens nos próximos tempos, o Centro continuará a utilizar canais remotos para a prestação deste programa.

No EF 20, o compromisso do Centro no sentido de intensificar o envolvimento em países que enfrentam situações de fragilidade foi plenamente alcançado, com 30% dos recursos de DC atribuídos a este grupo. No geral, o volume de prestação de DC aumentou no EF 20 – apoiado em grande medida pela boa eficácia durante o período anterior à COVID-19. Os esforços no sentido de uma maior integração da AT e da formação continuaram, com um crescente número de missões de apoio às capacidades de absorção dos países membros através de workshops e de programas de aprendizagem entre pares personalizados. Em linha com as prioridades do FMI/AFR, o Centro prestou serviços de DC para reforçar ainda mais a governação dos quadros orçamental, monetário e legislativo. O trabalho relativo às questões de género está a ser apoiado pela colaboração com o Instituto de Formação em África (ATI), a sede do FMI e a ONU Mulheres. A pasta de GFP está a apoiar iniciativas em matéria de resistência às alterações climáticas e a proporcionar formação no domínio da macroeconomia de género.

O prolongamento da proibição de viajar e um agravamento da situação macroeconómica a nível internacional e regional representam agora um desafio ainda maior aos prestadores de serviços de DC. A deterioração das perspectivas macroeconómicas, as flutuações dos preços do petróleo, as tensões geopolíticas e a ausência de visibilidade das perspectivas comerciais podem implicar uma possível redefinição das prioridades em matéria de necessidades de DC pelos países membros no curto prazo. As [respostas dos governos](#) à COVID-19, largamente financiadas por facilidades de financiamento especiais disponibilizadas pelo FMI e pelos parceiros de desenvolvimento, estão a assegurar o alívio urgente aos países para apoiar o setor da saúde e proteger as secções vulneráveis da população e das empresas. Com a recente nova onda de casos de COVID-19 em muitos países e uma extensão dos confinamentos, os países com um espaço orçamental e uma capacidade técnica limitados enfrentam um maior desafio. O programa de DC atualizado para o EF 21 tem por objetivo apoiar as respostas de políticas formuladas pelos governos para fazer face aos choques, mantendo simultaneamente o dinamismo das reformas em curso.

No entanto, uma recuperação rápida depende de uma resposta célere por parte das autoridades para implementar as prioridades de reforma e de uma utilização eficaz dos recursos financeiros e de DC disponibilizados pelo FMI e pelos parceiros de desenvolvimento. As mesas-redondas recentes com os países membros e os parceiros regionais têm sido eficazes e apontam para uma crescente dependência de um apoio de DC mais orientado para mitigar o impacto da crise e para trabalhar no sentido de uma recuperação rápida.

---

<sup>1</sup> O Centro presta serviços de gestão das finanças públicas, administração tributária, administração aduaneira, supervisão e regulação bancárias, operações de mercado monetário e cambial, infraestruturas do mercado financeiro, estatísticas do setor real, legislação financeira e fiscal e formação macroeconómica. O exercício financeiro começa em 1 de maio. O relatório é uma versão revista do programa de DC distribuído ao Comité de Pilotagem em abril de 2020.

A agilidade e a flexibilidade para apoiar a prestação de serviços de DC relevantes continuam, assim, a ser essenciais para dar uma melhor resposta às necessidades dos países. O AFS continuará a envolver as autoridades nas prioridades de DC e nas opções de assistência à distância utilizando os canais de comunicação virtual.

O presente relatório apresenta uma perspectiva da situação macroeconómica (Secção II), o trabalho do AFS em matéria de governação e corrupção (Secção III), a execução do programa de prestação de DC do EF 20 e os progressos na aplicação do programa relativo ao EF 21, incluindo as prioridades atualizadas para o resto do ano (Secção IV), o orçamento e o financiamento do AFS (Secção V), bem como os riscos e mitigação (Secção VI). Inclui ainda três anexos informativos: Execução do programa de trabalho no EF 21 – T1: maio – julho de 2020 (Anexo I), Programa de trabalho do EF 21 atualizado: agosto de 2020–abril de 2021 (Anexo II) e seminários/webinários atualizados do AFS para o EF 21 (Anexo III).

## ÍNDICE

I. MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE E DO COORDENADOR DO CENTRO	2
II. PERSPETIVA GERAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA	6
III. TRABALHO DO AFS SOBRE GOVERNAÇÃO E CORRUPÇÃO	8
IV. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DO EF 20 E PRIORIDADES DE DC DO EF 21 POR TÓPICO	8
PROGRAMA ORÇAMENTAL – ABORDAR OS DESAFIOS DA COVID-19 E CONSOLIDAR OS QUADROS DE GOVERNAÇÃO PARA UM MELHOR DESEMPENHO ORÇAMENTAL	9
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO	20
PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS	29
PROGRAMA DE FORMAÇÃO MACROECONÓMICA (LIDERADO PELO ICD)	30
V. ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO AFS	31
VI. RISCOS E MITIGAÇÃO	33
VII. ANEXOS INFORMATIVOS	35

## CAIXAS

1. O que está o FMI a fazer para ajudar os países durante a crise da COVID-19?	6
2. AT em matéria de preços de transferência para o Serviço da Receita da África do Sul	15
3. Estudo de caso – correspondência de dados (Lesoto)	19
4. As Seicheles estão a realizar progressos na implementação da IFRS 9	21
5. Redenominação do PIB e dos preços subjacentes ao IPC no Zimbabué	28

## GRÁFICOS

1. Taxas de crescimento do PIB, 2018–2021	5
2. Saldo orçamental do governo geral, 2018–21	5
3. Dívida bruta do governo geral, 2018–21	5
4. Volume de comércio mundial, variação percentual	5
5. Número e situação dos marcos por projeto, EF 18–EF 20	8

## TABELAS

1. Alocação de recursos no EF 20, por país e por tópico (em anos ETI)	9
2. Orçamento e execução (em milhões de USD)	32
3. Estado das contribuições financeiras	33

## Siglas e Acrónimos

AFC	AFRITAC Central	GIP	Gestão do Investimento Público
AFE	AFRITAC Oriental	GR	Gestão de riscos
AFR	Departamento de África do FMI	ICD	Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades
AFS	AFRITAC Sul	IFRS	Normas Internacionais de Relato Financeiro
AFW	AFRITAC Ocidental	IMF	Infraestruturas do mercado financeiro
APD	Auditoria pós-desalfandegamento	IPC	Índice de Preços no Consumidor
ASS	África Subsariana	IPSAS	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público
AT	Assistência técnica	LEG	Departamento Jurídico do FMI
ATAF	Fórum Africano para a Administração Fiscal	MCM	Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do FMI
ATI	Instituto de Formação para África	MF	Ministério das Finanças
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo	PAP	Programa de destacamentos profissionais
CCRT	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes	PIMA	Avaliação da Gestão do Investimento Público
CFMP	Cenário fiscal de médio prazo	PIMF	Princípios da CPSS-IOSCO relativos às infraestruturas do mercado financeiro
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	PPP	Parcerias Público-Privadas
COMP	Cenário orçamental de médio prazo	RBM	Gestão centrada nos resultados
COVID-19	Doença do coronavírus 2019	RBS	Supervisão baseada no risco
DC	Desenvolvimento de capacidades	RCF	Linha de Crédito Rápido
DRF	Declaração de Riscos Fiscais	RFI	Instrumento de Financiamento Rápido
EF	Exercício financeiro	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
EP	Empresas públicas	SARB	Banco da Reserva da África do Sul
ETI	Equivalente a tempo inteiro	SDDS	Norma Especial de Divulgação de Dados
FAD	Departamento de Finanças Públicas do FMI	SIGIF	Sistema Integrado de Gestão da Informação Financeira
Fintech	Tecnologias financeiras		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FPAS	Sistema de previsão e análise de políticas		

## II. PERSPETIVA GERAL DA SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A atualização recente das projeções do FMI<sup>2</sup> indica um maior impacto da pandemia da COVID-19 na atividade económica durante o primeiro semestre de 2020 – desencadeando uma nova deterioração das perspetivas macroeconómicas deste ano. Com a maior parte dos países a registar um crescimento negativo do rendimento *per capita* em 2020, a avaliação recente também projeta uma contração da atividade económica mundial de 4,9% e na região da África Subsaariana de 3,2%. Esta situação é pior do que a contração projetada em abril de 2020 de 3,0% e 1,6%, respetivamente. Os países dependentes do turismo e os países exportadores de petróleo continuam mais vulneráveis ao agravamento das condições e suscetíveis de registar a maior diminuição do produto das últimas décadas. Por conseguinte, é provável que as pressões sobre as condições orçamentais, externas e financeiras aumentem em 2020 (Gráficos 1-4).

Gráfico 1. Taxas de crescimento do PIB, 2018-2021

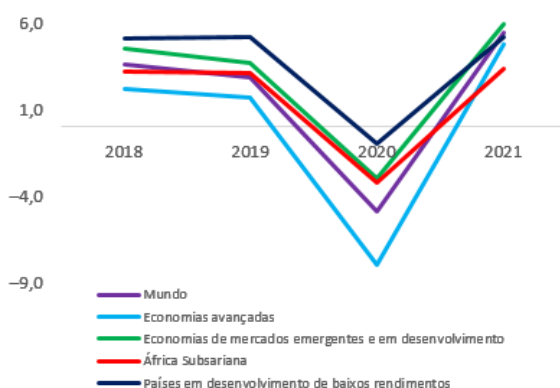


Gráfico 2. Saldo orçamental do governo geral, 2018-21

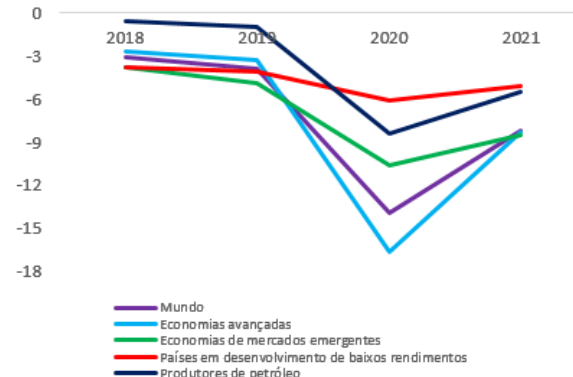


Gráfico 3. Dívida bruta do governo geral, 2018-21

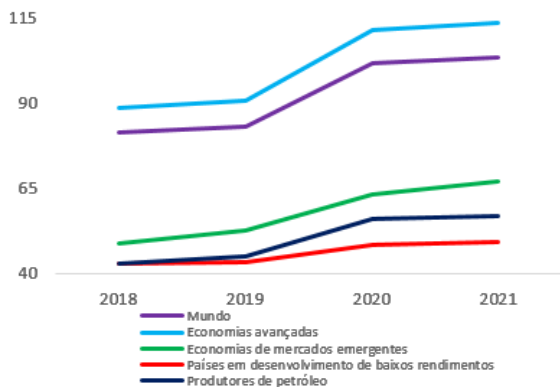
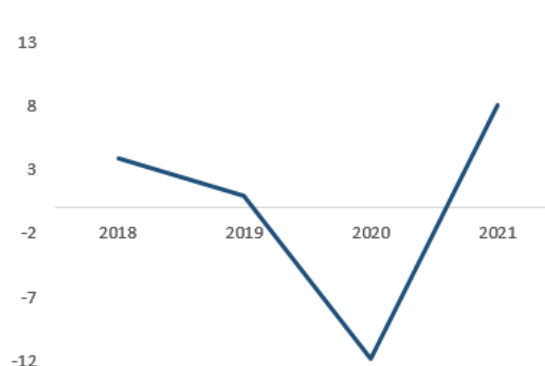


Gráfico 4. Volume de comércio mundial, variação percentual



Prevê-se que as condições orçamentais se deterioresem ainda mais devido a uma diminuição mais acentuada do produto e das receitas, assim como devido a dificuldades na contenção das despesas. As despesas orçamentais deverão aumentar, em especial para combater a crescente crise sanitária e assegurar a sobrevivência das secções vulneráveis da população e das empresas. O enfraquecimento dos indicadores da sustentabilidade da dívida e o risco de acumulação de atrasados poderão influenciar a sustentabilidade dos programas sociais e de estímulo, na ausência de uma resposta de política adequada ou de atrasos na execução dos planos de reforma. Uma resposta mais enérgica do governo à gestão das finanças públicas, à governação orçamental e às reformas da autoridade tributária deverá contribuir para melhorar os saldos orçamentais no médio e longo prazo. Embora os alívios da dívida e do serviço da dívida estejam a proporcionar um alento no curto prazo aos países mais vulneráveis, continua a ser essencial uma utilização

<sup>2</sup> Atualização do *World Economic Outlook*, junho de 2020.

criteriosa do financiamento de emergência concedido pelas instituições financeiras internacionais, incluindo o FMI (Caixa 1) e a comunidade de doadores, tendo em conta o défice de financiamento existente para ultrapassar a crise e regressar a uma trajetória de crescimento sustentável.

**Os progressos recentes para fomentar a inclusão financeira e a estabilidade do setor financeiro estão também ameaçados pela pandemia da COVID-19.** É provável que a deterioração das perspetivas económicas enfraqueça ainda mais o balanço das famílias e das empresas e comprometa a sua capacidade para cumprir os seus compromissos financeiros. Além disso, dado o esgotamento das margens de manobra orçamentais, as autoridades monetárias e as autoridades de supervisão do setor financeiro estão a formular respostas de políticas para apoiar as iniciativas governamentais. Do lado monetário, os bancos centrais têm vindo a reduzir os custos do endividamento e a fornecer liquidez às empresas e às famílias. As autoridades de regulamentação estão a tentar encontrar um equilíbrio entre a preservação da estabilidade financeira e a manutenção da atividade económica. Uma renegociação prudente das condições de concessão de empréstimos e a preservação da integridade da classificação de empréstimos e das normas de provisionamento constituem princípios importantes a manter a este respeito.

**O número de atividades de DC realizadas no primeiro trimestre do EF 21 tem sido encorajador para a maioria dos países membros.** Embora os países estejam a adaptar-se aos novos veículos de DC, o empenho proativo do Centro através de modalidades remotas permitiu chegar a todos os países membros nos últimos meses para debater respostas de políticas, fornecer orientações e rever as prioridades em matéria de DC. Uma série de webinários foi realizada com êxito em áreas orçamentais, monetárias e estatísticas fundamentais e estão planeados durante o resto do ano. Os webinários baseiam-se na série de notas do FMI elaboradas em resposta à crise da COVID.

#### **Caixa 1. O que está o FMI a fazer para ajudar os países durante a crise da COVID-19?**

A prioridade do FMI tem sido a resposta ao aumento extraordinário dos pedidos de financiamento de emergência, para que os países possam implementar as políticas necessárias para proteger a saúde dos seus cidadãos, bem como as suas economias. O FMI dispõe das seguintes facilidades e instrumentos para ajudar os países a responder ao impacto económico do coronavírus.

**Financiamento de emergência.** O recente aumento dos limites de acesso às suas facilidades de financiamento de emergência permitirá ao FMI satisfazer a procura prevista. A Linha de Crédito Rápido (RCF) e o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) prestam assistência financeira de emergência. A RCF é isenta de juros e está disponível aos países membros de baixos rendimentos, ao passo que o RFI está disponível a todos os membros do FMI. O financiamento ao abrigo da RCF e do RFI está a ser disponibilizado muito rapidamente para ajudar os países membros a implementar políticas para enfrentar situações de emergência.

**Subsídios para o alívio da dívida.** O FMI também dispõe de um Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT), que prevê subsídios iniciais para cobrir, em nome dos países de baixos rendimentos elegíveis, as suas obrigações de serviço da dívida para com o FMI. Esta facilidade foi utilizada para apoiar a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa durante o surto de Ébola de 2014. Numa resposta direta à pandemia da COVID-19, o CCRT foi recentemente reforçado para prestar assistência urgente ao serviço da dívida dos países mais pobres e vulneráveis do mundo, libertando assim recursos escassos para despesas médicas e relacionadas com a saúde e outras necessidades imediatas durante a pandemia. Está em curso um esforço de angariação de fundos para o reforço do CCRT, de modo a que possa prestar alívio do serviço da dívida durante um período de até dois anos.

O Conselho de Administração do FMI aprovou um alívio imediato do serviço da dívida a países para ajudar a fazer face ao impacto da pandemia da COVID-19<sup>3</sup>. A facilidade irá assegurar subsídios para cobrir as obrigações da

<sup>3</sup> No âmbito da versão reformulada do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) do FMI, os países beneficiários do alívio do serviço da dívida são os seguintes: Afeganistão, Benim, Burquina Faso, Chade, Comores, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Iémen, Ilhas Salomão, Libéria, Madagáscar, Maláui, Mali, Moçambique, Nepal, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Tajiquistão e Togo.



dívida com o FMI durante uma fase inicial de seis meses a três membros do AFS: Comores, Madagáscar e Moçambique.

Em termos mais gerais, os países membros podem tirar partido do poder de fogo financeiro do FMI de USD 1 bilião, solicitando novos acordos de financiamento ou aumentando os já existentes. Trabalhando em estreita colaboração com os seus parceiros de desenvolvimento – Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde e muitas instituições regionais, o FMI continua a prestar aconselhamento atempado em matéria de política e assistência técnica. Foi elaborada uma [série especial](#) de notas práticas com opções de política e foi criada uma ferramenta de acompanhamento de políticas (*IMF Policy Tracker*), que sintetiza as respostas dos países para os ajudar a fazer face aos efeitos económicos desta pandemia.

O AFS está a prestar apoio para ajudar os países a implementar o aconselhamento e as orientações de política prestados pelo FMI. O Centro continuará a disponibilizar formação relativa à monitorização e à gestão dos riscos decorrentes da pandemia a partir de outras regiões.

### III. TRABALHO DO AFS SOBRE GOVERNAÇÃO E CORRUPÇÃO

**A governação continua a ser uma das principais preocupações dos cidadãos africanos.** A literatura recente sobre governação mostra que África tem muito a ganhar em termos de crescimento, receitas públicas, qualidade dos serviços públicos e inclusão social em decorrência das reformas da governação. As intervenções do setor público para enfrentar a crise da COVID-19 aumentarão a dimensão do governo e tornarão as reformas de governação ainda mais urgentes, nomeadamente para garantir a utilização eficaz e eficiente das despesas públicas adicionais. A transparência no uso dos recursos públicos para fazer face ao impacto da doença impulsionará a legitimidade da resposta política e garantirá o apoio público. O Centro prevê a prossecução dos esforços para apoiar as reformas em matéria de governação dos países, em colaboração com o ATI e a sede do FMI.

**Os serviços de DC do AFS incluem AT e formação com o objetivo de melhorar as estruturas de governação institucional e as práticas de governação nas organizações.** O apoio prestado em coordenação com o Departamento de Finanças Públicas (FAD) em matéria de governação orçamental através das pastas de gestão das finanças públicas e de administração tributária estão, *inter alia*, a ajudar os países a melhorar a transparência das operações orçamentais, reforçar as instituições orçamentais, melhorar a gestão dos recursos naturais, rever a gestão do investimento público e melhorar o cumprimento da legislação em matéria de receitas através do reforço dos sistemas de informação, da ampliação da capacidade de auditoria e de correspondência de dados, bem como de análises para identificar os riscos para as receitas. Em coordenação com o Departamento de Mercados Monetários e de Capitais (MCM), o Centro está a aumentar gradualmente a prestação de serviços de DC no âmbito das pastas de operações de política monetária e de supervisão bancária, a fim de abordar questões relacionadas com a supervisão do setor financeiro e a governação dos bancos centrais. Com o apoio do Departamento Jurídico (LEG), a prestação de DC ao abrigo do projeto de legislação financeira e fiscal está a ajudar os países a alinhar os quadros jurídicos e de governação com as normas internacionais. Estatísticas de boa qualidade desempenham um papel importante para fomentar a transparência, e o Centro continua a apoiar contas nacionais e estatísticas de preços de boa qualidade.

**O plano para o EF 21 inclui atividades de DC no domínio da governação e prevê disposições especiais para que o Zimbabué e Moçambique** apliquem as recomendações do relatório do FMI de janeiro de 2020 sobre “Governação e Avaliação Anticorrupção” e do “Relatório de Diagnóstico sobre Transparência, Governação e Corrupção” de agosto de 2019, respetivamente. Em colaboração com o ATI, o FAD, o LEG e o MCM, está em curso o desenvolvimento de materiais didáticos e a realização de seminários/webinários que abrangem elementos da governação orçamental e da governação do setor bancário. O AFS prevê um maior envolvimento dos países membros para prestar formação personalizada e para avaliar os quadros jurídicos. A fim de assegurar os progressos realizados pelos países membros na implementação dos planos de ação recomendados, o Centro está a trabalhar em estreita colaboração com o Departamento de África (AFR), com

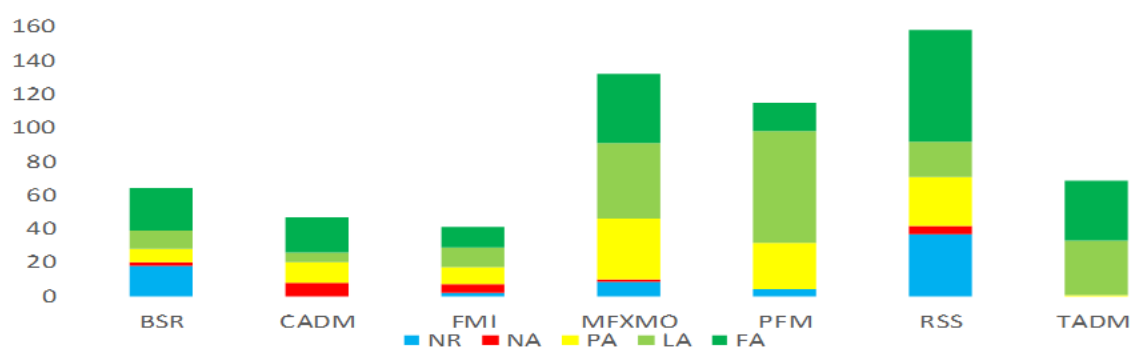


os departamentos de DC do FMI, o ATI, parceiros regionais e a comunidade de doadores. Dada a natureza transversal do tema, o Centro previu recursos para o EF 21 no âmbito de cada pasta.

#### IV. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DO EF 20 E PRIORIDADES DE DC DO EF 21 POR TÓPICO

**Durante o EF 20, os países do AFS realizaram novos progressos no que respeita aos marcos almejados.** No final de abril de 2020, quase 75% dos marcos classificados, estabelecidos no início da Fase II, tinham sido total ou largamente cumpridos, observando-se progressos em cerca de 20%<sup>4</sup>. O número de marcos e a sua situação eram variáveis entre os diferentes projetos de DC (Gráfico 5). As secções temáticas do relatório destacam as principais realizações por país<sup>5</sup> no EF 20. Em termos de volume, os serviços de DC atingiram 18,0 em anos equivalentes a tempo inteiro (ETI), com um recorde de 30% de apoio a três países frágeis<sup>6</sup> (Tabela 1). Cancelamentos e adiamentos imprevistos das atividades no último trimestre devido a restrições de viagem e a uma elevada rotatividade dos conselheiros residentes tiveram<sup>7</sup>, contudo, impacto na execução integral do programa do EF 20 e no progresso de alguns marcos. O AFS espera que os países realizem progressos nos marcos pendentes no EF 21.

#### 5. Número e situação dos marcos por projeto, EF 18-EF 20



FA = Totalmente cumpridos; LA = Largamente cumpridos; PA = Parcialmente cumpridos; NA = Não cumpridos; NR = Não classificados  
BSR = Supervisão e Regulamentação Bancária; CADM = Administração Aduaneira; FMI = Infraestrutura do Mercado Financeiro; MFXMO = Operações dos Mercados Monetário e Cambial; PFM = Gestão das Finanças Públicas; RSS = Estatísticas do Setor Real e TADM = Administração Tributária.

Nota: Dada a diversidade da natureza dos fluxos de trabalho, os dados relativos às classificações dos marcos não são necessariamente comparáveis entre si.

<sup>4</sup> Os marcos são classificados como total, larga ou parcialmente cumpridos, ou não cumpridos, em linha com o novo quadro de RBM do FMI. As classificações abrangem todos os marcos desde o início da Fase II. Esta avaliação exclui os marcos não classificados, em que as informações das autoridades sobre o estado ainda têm de ser clarificadas, o projeto de Legislação Financeira e Fiscal e o projeto de formação personalizado do FPAS.

<sup>5</sup> Os boletins informativos trimestrais do Centro contêm mais informações.

<sup>6</sup> Inclui os recursos alocados a Madagascar, que continua a ser um país prioritário, mas que já não consta da lista de países que enfrentam condições de fragilidade.

<sup>7</sup> No final do EF 20, três vagas de conselheiros residentes estavam em aberto.

Tabela 1. Alocação de recursos no EF 20, por país e por tópico (em anos ETI)

País beneficiário	BSR	CADM	FFL	IMF	MFxMO	GFP	RSS	TADM	Outros <sup>1/</sup>	Total
Regional <sup>2/</sup>	0,74	0,93	0,00	0,28	0,58	2,32	1,57	0,84	0,17	7,43
Angola	0,00	0,11	0,23	0,00	0,14	0,18	0,18	0,19	0,00	1,03
Botsuana	0,04	0,10	0,14	0,00	0,21	0,30	0,07	0,08	0,00	0,94
Comores	0,02	0,16	0,00	0,02	0,02	0,43	0,27	0,20	0,01	1,11
Essuatíni	0,03	0,13	0,15	0,07	0,00	0,26	0,13	0,17	0,01	0,94
Lesoto	0,01	0,08	0,00	0,08	0,00	0,69	0,07	0,11	0,01	1,05
Madagáscar	0,06	0,33	0,05	0,00	0,08	0,68	0,04	0,41	0,01	1,66
Maurícias	0,09	0,11	0,00	0,02	0,16	0,41	0,01	0,06	0,00	0,86
Moçambique	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,12	0,00	0,00	0,26
Namíbia	0,00	0,15	0,00	0,06	0,00	0,00	0,12	0,00	0,00	0,33
Seicheles	0,05	0,08	0,00	0,00	0,00	0,28	0,13	0,15	0,01	0,70
África do Sul	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,06	0,14	0,02	0,36
Zâmbia	0,00	0,15	0,00	0,07	0,14	0,03	0,03	0,06	0,00	0,48
Zimbabué	0,00	0,21	0,00	0,00	0,00	0,19	0,14	0,34	0,00	0,89
<b>Total geral</b>	<b>1,12</b>	<b>2,54</b>	<b>0,56</b>	<b>0,59</b>	<b>1,33</b>	<b>5,98</b>	<b>2,93</b>	<b>2,74</b>	<b>0,24</b>	<b>18,0</b>
Países frágeis	0,25	0,90	0,05	0,08	0,23	1,84	0,81	1,14	0,06	5,37
Percentagem	22%	36%	9%	14%	17%	31%	28%	42%	25%	30%

1/ Incluem os cursos de formação macroeconómica oferecidos pelo ICD e os ministrados aos países do AFS.

2/ Inclui seminários regionais e sub-regionais, workshops personalizados e atividades de aprendizagem entre pares.

Fonte: Equipa do AFS.

## PROGRAMA ORÇAMENTAL – ABORDAR OS DESAFIOS DA COVID-19 E CONSOLIDAR OS QUADROS DE GOVERNAÇÃO PARA UM MELHOR DESEMPENHO ORÇAMENTAL

O programa orçamental do Centro foi revisto para ajudar os países membros a responder melhor à pandemia da COVID-19 e, ao mesmo tempo, apoiar as reformas orçamentais em curso nos domínios da GFP e da administração tributária. No EF 20, o AFS prestou serviços de DC aos Ministérios das Finanças nas seguintes áreas: governação orçamental, quadros orçamentais, transparência orçamental (relato), gestão do investimento público, gestão da dívida, supervisão orçamental, análise e gestão dos riscos orçamentais, preparação, execução e controlo do orçamento, incluindo gestão de tesouraria, contabilidade e relato financeiro e legislação em matéria de GFP. Para apoiar os países membros no seu esforço de mobilização de receitas, a prestação de serviços de DC centrou-se na gestão de riscos e nos serviços de informação, nos regimes de impostos especiais de consumo, na avaliação, auditoria e gestão do cumprimento e nos sistemas e processos informáticos. O programa orçamental para o EF 21 permanece globalmente inalterado, à exceção de uma maior orientação para as prestações remotas. Os anexos informativos I e II apresentam a execução do programa de DC no primeiro trimestre do EF 21 e uma atualização das prioridades em matéria de DC para o restante do EF 21, respetivamente.

**GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS – Abordar os desafios da COVID-19 e consolidar as realizações dos países através de formação personalizada e intercâmbios entre pares – Robert Clifton, EL Omari Moulay, Camilo Gomez Osorio**



#### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

**A maioria dos países está a registar bons progressos no sentido do cumprimento dos marcos e dos resultados.** Até ao final de abril de 2020, quase 75% dos marcos classificados foram total ou largamente cumpridos, tendo-se registado bons progressos nos restantes. Devem verificar-se progressos adicionais nos marcos pendentes no EF 21, embora seja provável que a plena realização das metas seja prejudicada pela duração prolongada da pandemia da COVID-19. O volume de prestação de DC atingiu os 6,0 anos de ETI, com cerca de um terço orientado para países que enfrentam condições de fragilidade. Apesar da pandemia de COVID-19 e da rotatividade de pessoal, o volume de DC prestado no EF 20 foi ligeiramente superior ao nível do EF 19. No EF 20, os países do AFS cumpriram marcos adicionais, nomeadamente:

- **Elaboração do orçamento abrangente, credível e baseado nas políticas:** Angola fez progressos com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em julho de 2020 e a sua aplicação está em curso, em especial no que diz respeito aos seus requisitos de monitorização; o Botswana reforçou a sua capacidade de avaliação do investimento em infraestruturas; as Comores estão a trabalhar com o AFS para continuar a melhorar o quadro orçamental, incluindo no que se refere ao cenário orçamental de médio prazo (COMP) e ao cenário fiscal de médio prazo (CFMP); o Lesoto reforçou o Documento de Estratégia Orçamental com o apoio do AFS para melhorar o quadro de programação financeira e os instrumentos de previsão; o Essuatíni melhorou as previsões macrofiscais de médio prazo através da criação de um modelo de programação do financiamento por quatro setores e de outros instrumentos de previsão; Madagáscar atualizou o seu Manual de Gestão do Investimento Público, incluindo a melhoria dos processos de avaliação e seleção de projetos; as Maurícias receberam AT para reforçar o seu Manual do Processo de Planeamento de Capital; Moçambique concluiu um novo manual de previsão macrofiscal que irá melhorar as metodologias de estimativa e reduzir os desvios orçamentais, e as Seicheles concluíram uma revisão do quadro jurídico da GFP e realinharam-no com as boas práticas internacionais, aplicando um novo método para avaliar a base de referência orçamental e as estimativas futuras. A Zâmbia reforçou os seus métodos de previsão das receitas e o Zimbabué desenvolveu uma proposta de Declaração de Riscos Fiscais (DRF) para informar sobre o desenvolvimento do COMP. Todos estes países beneficiaram igualmente de workshops personalizados nas respetivas áreas durante as missões de AT

(Angola e Madagáscar em matéria de gestão de tesouraria, as Maurícias em Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público – IPSAS).

- **Identificação, fiscalização e gestão reforçadas dos riscos fiscais:** O Botsuana recebeu apoio no reforço da supervisão financeira das empresas públicas (EP). Uma missão conjunta do FAD/AFS nas Comores prestou aconselhamento sobre uma estratégia de reforma para a supervisão das agências públicas e das EP, identificou os riscos orçamentais relacionados e realizou uma formação de um dia destinada a cerca de 40 participantes; uma missão a Madagáscar abordou a melhoria da gestão dos riscos fiscais decorrentes de PPP e EP. O Zimbabué está a trabalhar no sentido de melhorar a avaliação dos riscos orçamentais com ênfase nas EP.

**Governança de infraestruturas:** O AFS prestou serviços de capacitação prática aos funcionários do Botsuana no domínio da avaliação de projetos de infraestruturas utilizando a abordagem trifásica, a análise de risco, a priorização de projetos no contexto da avaliação intercalar do Plano de Desenvolvimento Nacional 11 e melhorias do Sistema de Acompanhamento de Projetos de Desenvolvimento; Angola e o Essuatíni realizaram uma Avaliação da Gestão do Investimento Público (PIMA); Madagáscar está a desenvolver um manual de Gestão do Investimento Público (GIP), que será utilizado para preparar o orçamento do EF 21, e as Maurícias foram apoiadas no reforço do controlo prévio, da avaliação e do acompanhamento dos projetos no seguimento das respetivas recomendações da avaliação PIMA de 2017 do país.

- **Controlo financeiro, contabilidade e relato melhorados:** A missão do FAD/AFS ajudou Angola a melhorar o relato fiscal através do diagnóstico dos requisitos de informação e das limitações de qualidade, exaustividade e atualidade dos relatórios fiscais trimestrais e anuais; o Botsuana foi apoiado no desenvolvimento de uma Declaração relativa aos Requisitos do Utilizador (SOUR) e de uma estratégia de Sistemas Integrados de Gestão da Informação Financeira (SIGIF) através de uma formação prática de duas semanas; as Comores continuaram a realizar progressos no sentido de melhorar o sistema de contabilidade pública com o uso da conta única do Tesouro (a CUT abrange o governo central e foi formulado um plano para a alargar ao governo central) e tiraram partido de um workshop personalizado de dois dias sobre as normas IPSAS em base de caixa e os instrumentos de gestão de tesouraria; o Essuatíni trabalhou com o AFS no desenvolvimento de um roteiro para a transição para as IPSAS em base de caixa no médio prazo e de contabilidade de especialização do exercício no longo prazo e tirou partido de uma formação prática de um dia; o Lesoto finalizou o lançamento da sua atualização do SIGIF; as autoridades das Maurícias beneficiaram de assistência de DC na adoção das IPSAS e Madagáscar realizou progressos no sentido de melhorar as projeções relativas à massa salarial.
- **Melhoria da integração dos quadros de gestão dos ativos e passivos:** Angola, as Comores e Madagáscar receberam apoio na gestão de tesouraria para evitar os atrasados de despesas.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

**Workshops personalizados:** Tendo em conta a procura crescente de formação personalizada para reforçar ainda mais a capacidade de execução dos planos de reforma da GFP, o AFS organizou vários workshops personalizados durante as missões de AT. Para apoiar as reformas em curso das EP, o AFS organizou igualmente um workshop sub-regional personalizado sobre “Reforçar a Fiscalização e o Acompanhamento das EP” destinado ao pessoal das unidades de Fiscalização de EP da África do Sul, do Botsuana, da Namíbia e das Seicheles, o que facilitou o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio entre pares. Embora estes workshops personalizados estejam a contribuir para uma melhor integração da AT e da formação, também têm o mérito de alcançar um grupo mais vasto de intervenientes envolvidos na execução dos planos de reforma nacionais.

**Seminários regionais/webinários:** Em apoio ao trabalho do FMI em matéria de género, o Centro realizou um seminário regional sobre “Transparência Orçamental e Sensibilidade a Questões de Género na Elaboração do Orçamento” destinado a altos funcionários envolvidos no orçamento, a fim de desenvolverem

e trocarem conhecimentos com os seus pares e peritos do FMI. O workshop foi concebido em torno dos conceitos e quadros de transparência orçamental e elaboração de orçamentos sensíveis ao género, tendo sido orientado para as práticas atuais em todos os países e os desafios colocados pelas reformas. Em conjunto com o ATI, realizou-se um seminário regional sobre o tema “Reforçar as Instituições Orçamentais e a Gestão dos Riscos Orçamentais”, que contou com 33 participantes de 20 países africanos, incluindo 8 países frágeis. O seminário atribuiu uma grande ênfase às experiências práticas e lições sobre gestão dos riscos orçamentais retiradas da região (Zimbabué) e baseou-se na experiência bem-sucedida da Geórgia em matéria de gestão dos riscos orçamentais. O AFS realizou também um webinar regional sobre “Reforçar a Gestão da Dívida Pública e Gerir a Riqueza Pública” destinado a participantes de nove países membros. Esta foi a primeira atividade de DC virtual realizada no contexto da COVID-19.

**Programa de destacamentos profissionais (PDP) e colaboração com peritos regionais:** Ao abrigo do PDP, dois funcionários do Departamento de Dívida do Ministério das Finanças do Botsuana participaram num programa organizado pelo Danmarks Nationalbank em Copenhaga; dois funcionários da Unidade de Acompanhamento das Entidades Públicas das Seicheles participaram num workshop regional sobre EP em Dar es Salaam, Tanzânia; e dois funcionários do Tesouro Nacional, África do Sul, participaram em missões separadas de descentralização orçamental no Lesoto e de avaliação de base nas Seicheles. Vários peritos da região participaram em missões do AFS (incluindo do Essuatíni, Lesoto, Zimbabué e Seicheles). Novos peritos dos países do AFS foram incluídos no grupo de peritos do FAD do FMI.

#### **Prioridades em matéria de DC no EF 21**

**O foco da prestação de DC no EF 21 consiste em apoiar: i) os países a enfrentar os desafios orçamentais decorrentes da pandemia da COVID-19, ii) os planos de ação de reforma da GFP em curso dos países membros e iii) os domínios prioritários como a gestão dos riscos orçamentais, a governação, a resistência às alterações climáticas e questões de género.** No cenário da COVID-19, estão a utilizar-se mecanismos alternativos para a prestação de serviços de DC à distância e “a pedido”, a fim de assegurar que a implementação prossegue enquanto se mantiver a restrição às viagens e as medidas de distanciamento social. A prestação de serviços de DC através de aconselhamento à distância/webinários continua a ser fundamental, em especial para avaliar o impacto da COVID-19, – tais como o cálculo dos custos das intervenções relacionadas com a COVID-19 e a redefinição das prioridades da despesa, a gestão da materialização e mitigação dos riscos orçamentais, a garantia da disponibilidade atempada de fundos para as unidades de prestação de serviços e os ajustamentos operacionais de tesouraria necessários devido a novos regimes de teletrabalho. Em termos prospetivos, a prestação de serviços de DC continuará a ser flexível para apoiar os países nas suas respostas orçamentais à COVID-19 e para aplicar os mecanismos de apoio às políticas do FMI (por ex., linhas de crédito rápido, instrumentos de financiamento rápido e subsídios para o alívio da dívida).

**Os países do AFS estão também a ser apoiados através de mais workshops personalizados e da aprendizagem entre pares.** A formação e os programas de aprendizagem entre pares estão a ser revistos para terem em conta pedidos específicos dos países membros. Os workshops personalizados continuarão a representar uma componente essencial da prestação de serviços de DC em matéria de GFP, dada a crescente procura por parte das autoridades e a sua relevância para a implementação bem-sucedida e célere dos planos nacionais de reforma. O programa de trabalho do AFS para o EF 21 centra-se especialmente em:

**Angola:** Reforço da GIP (aplicação das recomendações da PIMA), continuação do fortalecimento das capacidades em matéria de gestão de tesouraria e de prevenção de atrasados e desenvolvimento de um COMP.

**Botsuana:** Reforço da gestão dos riscos orçamentais através de aperfeiçoamentos na fiscalização das EP e nas regras orçamentais, bem como da melhoria do controlo financeiro e da contabilidade e do relato através da atualização do SIGF e de uma capacidade organizacional reforçada do Ministério das Finanças.



**Comores:** Quadro orçamental, contabilidade, relato fiscal e risco orçamental para assegurar a melhor utilização da RCF e do RFI do FMI.

**Essuatíni:** Elaboração do orçamento, reforçando o COMP e apoiando o desenvolvimento de uma estratégia orçamental. A orientação está também centrada no controlo da cabimentação e na gestão dos atrasados.

**Lesoto:** Reforço da gestão orçamental através da fiscalização alargada das EP e das PPP e fortalecimento do quadro jurídico da GFP.

**Madagáscar:** Gestão de tesouraria e sistema contabilístico para melhorar o relato e a contabilidade dos fundos recebidos do FMI através da RCF e gestão dos riscos orçamentais/fiscalização das EP.

**Maurícias:** Apoio às melhorias no relato fiscal e à transição para as IPSAS, bem como uma melhor elaboração do orçamento através da seleção, preparação e gestão de projetos de investimento público.

**Moçambique:** Reforço da gestão de tesouraria e do COMP.

**Namíbia:** Elaboração do orçamento, centrado especialmente no reforço do COMP.

**Seicheles:** Legislação e instituições em matéria de GFP, apoiando o desenvolvimento de uma estratégia de SIGIF.

**África do Sul:** Reforço da elaboração do orçamento e do relato através de melhorias na orientação para os objetivos orçamentais e da implementação de melhorias sensíveis ao género na documentação orçamental.

**Zâmbia:** Gestão dos riscos orçamentais, em especial nas empresas públicas, e implementação da GIP.

**Zimbabué:** Gestão dos riscos orçamentais, melhoria na elaboração do orçamento através do desenvolvimento de capacidades em matéria de orçamentação de base e implementação de melhorias na governação, com destaque para o controlo financeiro.

#### **Execução no EF 21 – T1**

**Registaram-se progressos na execução do programa de prestação de serviços de DC durante o primeiro trimestre do EF 21 (maio-julho de 2020).** Foram realizadas as seguintes atividades de DC: desenvolvimento de uma estratégia de reforma da GFP com a adesão do país (**Botsuana**), apoio à implementação de procedimentos e mecanismos para uma gestão sólida e transparente das despesas relacionadas com a pandemia da COVID-19 (**Comores**), apoio à aplicação de uma gestão eficaz e transparente dos fundos de doadores recebidos para satisfazer as necessidades decorrentes da pandemia da COVID-19 (**Madagáscar**), apoio para preparar a Declaração de Riscos Fiscais 2021 e o COMP assentes numa avaliação do impacto da Covid-19 (**Moçambique**), assistência em matéria de previsão das receitas e preparação do COMP informados, com base numa avaliação do impacto da COVID-19 (**Zâmbia**) e formação prática sobre a análise de cenários, a fim de avaliar o impacto da pandemia da COVID-19 nas previsões macrofiscais, bem como a classificação e o relato das medidas associadas à COVID-19 (**Zimbabué**).

**A equipa de GFP, em coordenação com o FAD, realizou também webinários e fóruns de discussão de alto nível com países membros e parceiros regionais.** De destacar: i) um apoio personalizado à Comissão do Oceano Índico em orçamentação por programas (maio de 2020), ii) uma mesa-redonda com países membros sobre a prestação de DC do FMI para ultrapassar os atuais desafios macrofiscais/GFP (maio de 2020) e iii) um webinário sobre os processos de execução do orçamento no contexto da COVID-19 para Angola (maio de 2020).

Os próximos eventos de formação, em colaboração com a sede do FMI, incluem webinários sobre:

- Análise dos riscos orçamentais e sustentabilidade da dívida em países de baixos rendimentos (setembro de 2020);
- Informatização e digitalização para melhorar a transparência da GFP (março de 2021);
- Riscos orçamentais e testes de stress orçamental devido à COVID-19 com o ATI (outubro de 2020)
- Gestão do investimento público, dirigido a um número selecionado de países e com a eventual

- participação de funcionários de outros AFRITAC (AFE, AFW2) (novembro de 2020);
- Financiamento sustentável de infraestruturas (Projeto DFID China) a realizar em colaboração com o AFR (data a confirmar);
- Reforço da resistência a catástrofes naturais e às alterações climáticas (janeiro de 2021).

#### ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – Reforçar os fundamentos para um desempenho das receitas melhorado Thabo Letjama



#### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

**O programa no domínio da administração tributária continuou a ajudar os países a otimizar a arrecadação de receitas.** O volume de prestação de DC atingiu 2,7 anos ETI, com um recorde de 42% nos países frágeis do AFS e em Madagáscar. A maioria dos países registou bons progressos no sentido do cumprimento dos marcos ao longo do EF 20. Até final de abril de 2020, quase todos os marcos classificados foram total ou largamente cumpridos. Entre as principais atividades desenvolvidas e as realizações durante o EF 20 destacam-se:

**Angola:** A Administração Geral Tributária de Angola (AGT) desenvolveu indicadores-chave de desempenho e metas para o plano estratégico de 2020–2024, tendo aplicado progressivamente a estratégia corporativa aos níveis tático e operacional. A AGT também avaliou a disponibilidade de todos os sistemas de informação tributária para apoiar o lançamento de um regime de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pela primeira vez em Angola.

**Botsuana:** O Serviço Unificado da Receita do Botsuana continuou a reforçar a capacidade de gestão do cumprimento das obrigações fiscais do setor financeiro.

**Comores:** A Administration Générale des Impôts et des Domaines (AGID) continuou a melhorar o cumprimento dos pagamentos, a reduzir o nível dos atrasados fiscais e a evitar a acumulação da dívida fiscal. Além disso, o AFS e o FAD prestaram assistência à AGID e à administração aduaneira para avaliar a eficácia e a eficiência das operações fiscais e aduaneiras e identificaram prioridades de alto nível para a reforma. A AGID também desenvolveu uma estratégia de serviços ao contribuinte, um programa de auditoria baseado nos riscos e alargou uma unidade de grandes contribuintes para incluir os contribuintes qualificados em Anjouan e Mohéli.

**Essuatíni:** A Autoridade da Receita de Essuatíni (SRA) continuou a reforçar as suas competências para auditar o subsetor dos seguros de vida e a avançar na sua preparação para gerir o cumprimento ao abrigo da nova norma internacional de relato financeiro (IFRS 17) proposta para contratos de seguro. A SRA também avaliou os progressos realizados na implementação dos módulos cobertos ao abrigo do projeto do Fundo Fiduciário de Mobilização das Receitas, que visa reforçar a gestão dos riscos de cumprimento, melhorar as disposições organizacionais relativas a impostos nacionais e implementar uma autoavaliação. A SRA analisou os pontos



fortes e os pontos fracos do sistema de administração tributária utilizando a metodologia da Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária (TADAT).

**Lesoto:** A Autoridade da Receita do Lesoto (LRA) continuou a desenvolver capacidades para analisar dados e obter informações para utilização na gestão dos riscos de cumprimento.

**Madagáscar:** Uma missão liderada pelo FAD apoiou tanto a administração tributária (Direction Générale des Impôts-DGI) como a administração aduaneira a avaliar a sua eficácia e eficiência e a identificar as prioridades de alto nível para a reforma. A DGI continuou também a melhorar a sua capacidade de auditoria aos contribuintes, para assegurar um relato rigoroso, avançou nos progressos de reforço da gestão dos atrasados fiscais e deu início ao trabalho para desenvolver a estratégia de serviços ao contribuinte.

#### **Caixa 2. AT em matéria de Preços de Transferência para o Serviço da Receita da África do Sul (SARS)**

Na sequência de uma visita liderada pelo FAC em 2017, foi acordada a criação de um programa de fortalecimento das capacidades, tendo sido ministrado, em abril de 2018, um primeiro programa sobre preços de transferência. Até ao final de 2019, o seguinte tinha sido alcançado ao abrigo do programa:

- Foi desenvolvido um curso para a introdução aos preços de transferência, posteriormente personalizado para o contexto da África do Sul;
- Em outubro de 2019, foi desenvolvido e lançado um curso sobre preços de transferência no setor aduaneiro;
- Foram formados 322 funcionários;
- Um formador do SARS está atualmente a realizar a formação, apenas com a supervisão do AFS;
- Um seminário sobre preços de transferência na área da exploração mineira foi organizado pelo Tax, Customs and Excise Institute (TCEI) e contou com a participação de cerca de 125 pessoas; e
- Um seminário sobre preços de transferência na área financeira e bancária foi organizado pelo TCEI e foi ministrado a cerca de 140 participantes.

O programa sobre preços de transferência (PT), inicialmente orientado para auditores na Unidade de Seleção de Processos de PT e auditores de PT no Centro de Grandes Negócios, foi agora alargado de modo a incluir todas as unidades da cadeia de valor da auditoria, incluindo Auditorias de Investigação, Auditoria das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, a Unidade de Seleção de Processos nos Serviços Aduaneiros, Jurídicos, Governação e de Contribuintes.

**Maurícias:** A Autoridade da Receita das Maurícias realizou novos progressos no sentido de utilizar a análise de dados avançada para identificar, avaliar, quantificar, priorizar, analisar e mitigar os riscos de cumprimento.

**Namíbia:** Avaliou os progressos na criação da NAMRA e identificou as necessidades de desenvolvimento de capacidades para o seu lançamento e modernização.

**Seicheles:** A Comissão da Receita das Seicheles avaliou os respetivos pontos fortes e os pontos fracos do sistema de administração tributária, utilizando a metodologia TADAT.

**Zâmbia:** A Autoridade da Receita da Zâmbia reforçou a capacidade de analisar o comportamento dos contribuintes e os seus fatores determinantes e desenvolveu um plano de melhoria do cumprimento para os próximos três anos (2020–22).

**Zimbabué:** A Autoridade da Receita do Zimbabué (ZIMRA) desenvolveu uma especificação de requisitos para empresas relativa a um novo sistema de gestão das receitas fiscais e desenvolveu um critério de avaliação das propostas selecionadas para a adjudicação do sistema. A ZIMRA prestou formação adicional a auditores relativa à utilização de técnicas de auditoria modernas (incluindo a utilização de técnicas de auditoria assistidas por computador – CAAT) na auditoria dos contribuintes do setor das telecomunicações. Além disso, a autoridade da receita reviu os indicadores-chave de desempenho e as metas estratégicas para 2020, avaliou o projeto e as metodologias de gestão da mudança, desenvolveu um instrumento de acompanhamento e avaliação e organizou progressivamente os objetivos estratégicos na forma de planos operacionais para 2020. Além disso, a direção das alfândegas da ZIMRA solicitou e recebeu serviços de DC sobre a determinação do valor aduaneiro para reforçar as competências de avaliação técnica.

## Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

**Diálogo de política fiscal de alto nível sobre a tributação da economia digital:** O conselheiro residente no domínio da administração tributária participou no seminário realizado pelo Fórum Africano da Administração Fiscal (ATAF) e foi orador num painel que debateu a forma como os países africanos poderiam participar nas discussões mundiais sobre a tributação da economia digital e contribuir com as suas competências técnicas e o conhecimento dos seus mercados e economias para o debate a nível mundial.

**Seminário sobre inscrição de contribuintes – Participação de funcionários de Madagáscar e das Comores:** Quatro funcionários – dois das Comores e dois de Madagáscar – participaram num seminário sub-regional personalizado sobre a inscrição dos contribuintes, organizado pelo AFW1. O seminário familiarizou os participantes com as práticas modernas de inscrição de contribuintes, identificando contribuintes não inscritos e estabelecendo controlos para reforçar a integridade e a fiabilidade do cadastro dos contribuintes. A colaboração com outros AFRITAC continua a ser uma outra janela de oportunidade para que os funcionários do AFS possam aprender entre pares com o resto do continente.

**Seminário regional de alto nível sobre a governação e autonomia das administrações tributárias:** O seminário foi organizado conjuntamente pelo FAD e três AFRITAC – AFE, AFS e AFW2 – e apoiado pelo FMI/AFR para aumentar a ênfase nos quadros de governação das administrações tributárias. O seminário contou com participantes de 20 países, incluindo secretários principais, presidentes de conselho, comissários ou diretores-gerais, e os secretários-gerais do ATAF e da Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental em África (CABRI). O diretor do AFS proferiu o discurso de abertura sobre o Quadro Reforçado do Envolvimento do FMI em matéria de Governação e a importância de aperfeiçoar os quadros de governação dos países da África Subsaariana, a fim de melhorar os resultados económicos.

**Seminário de auditoria personalizado para as Comores e Madagáscar:** O AFS organizou um seminário de auditoria personalizado para Madagáscar e as Comores com o objetivo de capacitar funcionários para garantir o rigor das declarações apresentadas pelos contribuintes nos respetivos países. O seminário disponibilizou uma plataforma para o intercâmbio de experiências e a aprendizagem entre pares entre os auditores dos dois países.

## Prioridades em matéria de DC no EF 21

**O programa de trabalho do EF 21 tem de ser mais dinâmico para dar resposta às necessidades emergentes e urgentes de desenvolvimento de capacidades para enfrentar a pandemia da COVID-19.**

Considerando que é provável que a maioria das componentes do programa de trabalho continue a ser relevante, o foco imediato é ajudar os países a responder melhor à pandemia e às suas consequências, para: i) gerir eficazmente os riscos – o que envolve os riscos empresariais, com destaque para a continuidade dos negócios, bem como a mitigação efetiva dos riscos de cumprimento, ii) reforçar as capacidades de liderança e de gestão para criar organizações ágeis e resilientes, iii) automatizar os procedimentos para permitir a oferta de serviços online, iv) simplificar os processos e conceber medidas administrativas para facilitar o cumprimento e proporcionar alívio aos contribuintes, sempre que necessário, e v) realizar eventos de aprendizagem entre pares para partilhar experiências e lições e adotar boas práticas.

**O programa de trabalho atualizado em matéria de administração tributária do EF 21 incide sobre:**

- Desenvolvimento e lançamento de um programa de gestão de liderança para reforçar a capacidade de gerir reformas com êxito (**África do Sul (TADAT), Angola, Madagáscar (TADAT), Moçambique e Zimbabué**);
- Reforço das práticas de gestão de riscos de cumprimento (**Lesoto, Madagáscar, Maurícia, Seicheles e Zâmbia**);
- Desenvolvimento de um quadro de controlo interno para gerir eficazmente o risco operacional (**Madagáscar**);

- Melhoria contínua da capacidade de auditoria para reforçar o rendimento das auditorias e aumentar o impacto das auditorias sobre o cumprimento global (**Comores, Madagáscar e Zimbabué**);
- Melhoria da capacidade de gestão do cumprimento dos setores especializados (**setor financeiro do Botsuana, setor dos seguros do Reino de Essuatíni e setor das telecomunicações do Zimbabué**);
- Implementação de novos sistemas de gestão da informação da administração tributária (**Comores**);
- Gestão dos atrasados fiscais (**Comores e Madagáscar**);
- Racionalização do processo de inscrição de contribuintes (**Comores**).

**Execução no EF 21 – T1: Registaram-se bons progressos no que respeita à execução do programa de prestação de serviços de DC do EF 21.** As atividades de prestação de DC do AFS incluíram apoio para: reforçar a capacidade dos altos quadros de gestão para implementar e gerir de forma eficaz um programa de reforma e modernização (**Angola**); reforçar ainda mais a capacidade de auditoria da unidade de grandes contribuintes (**Comores**); reforçar a gestão dos riscos de cumprimento e a capacidade de análise de dados (**Lesoto**); gerir melhor as prioridades das empresas através de uma gestão eficaz dos riscos, incluindo a criação de uma unidade de gestão dos riscos (**Madagáscar**) e desenvolver um plano de melhoria do cumprimento (**Zâmbia e Seicheles**); desenvolver e aplicar uma estratégia de serviços ao contribuinte para melhorar o cumprimento voluntário (**Madagáscar**); webinários para reforçar o cumprimento na sequência da COVID-19 e reforçar a gestão das receitas (**Seicheles e Madagáscar**).

**Tendo em conta o prolongamento das restrições de viagens devido à COVID-19, é muito provável que o programa de formação regional e de aprendizagem entre pares no EF 21 seja realizado à distância através de webinários.** Os planos futuros incluem um seminário regional sobre “Plano de continuidade dos negócios” (em conjunto com as autoridades aduaneiras), em março de 2021, e uma formação conjunta do AFS/FAD/AFE sobre o ISORA 2020 (janeiro de 2021).

#### **ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA – Construir os fundamentos para uma prestação bem-sucedida**

**Philip Wood**



#### **Execução do Programa de Trabalho do EF 20**

**O programa aduaneiro continuou a apoiar os países a maximizar a arrecadação de receitas, facilitar o comércio e proteger a sociedade de bens proibidos e sujeitos a restrições, como drogas e armas de fogo.** O volume de prestação de DC atingiu 2,5 anos ETI (por comparação com cerca de 2,2 anos ETI no EF 19), com cerca de 36% de apoio destinado aos dois países frágeis designados e a Madagáscar. A maioria dos países registou bons progressos nos marcos. Até abril de 2020, a maior parte dos marcos classificados foram total, larga ou parcialmente cumpridos. As administrações aduaneiras alcançaram os seguintes marcos:

**Angola:** A AGT reforçou a sua gestão e liderança estratégicas através do desenvolvimento de um plano estratégico trienal. Foi concluída uma avaliação sobre o impacto da formação anteriormente ministrada em

matéria de desenvolvimento de liderança e de gestão entre os quadros superiores do domínio aduaneiro e tributário.

**Botsuana:** Foram desenvolvidos procedimentos operacionais normalizados e um plano de apoio de garantia de gestão para a unidade central responsável pelo tratamento das declarações aduaneiras. Foi preparado um projeto de procedimentos para a implementação de um sistema avançado de regras de classificação e origem. A formação sobre a avaliação aduaneira foi concebida e prestada, tendo sido fornecidas orientações sobre o desenvolvimento e a aplicação apropriados da base de dados de avaliação enquanto instrumento de avaliação de riscos. Os critérios de seletividade aduaneira foram analisados e atualizados e foram estabelecidos procedimentos para futuras avaliações periódicas. Foi prestado apoio à distância para ajudar na elaboração de um programa de desenvolvimento de liderança e de gestão. Este trabalho foi realizado no âmbito de uma resposta conjunta à crise da COVID-19.

**Comores:** O AFS prestou apoio na forma de DC para fazer face às perdas de receitas, incluindo alterações às datas de tributação, a reconfiguração do sistema de processamento aduaneiro (SYDONIA) e a introdução de marcadores de combustível. Foi igualmente prestado apoio à distância para ajudar a recentemente nomeada diretora da Unidade de Petróleo a avançar com a implementação de um plano de atividades acordado. Esta atividade foi realizada no âmbito de um programa de trabalho destinado a ajudar as alfândegas na implementação de uma série de medidas de emergência no contexto da resposta do governo à COVID-19.

**Essuatíni:** Foi concebido e organizado um workshop sobre a modernização dos controlos dos impostos especiais de consumo. O workshop produziu esquemas de controlo e planos de auditoria baseados nos riscos para as duas maiores destilarias. O workshop definiu também os requisitos em matéria de dados para o funcionamento do módulo de armazém no SYDONIA. Foi acordado um plano de ação para reforçar os controlos dos impostos especiais de consumo e prestado apoio à distância na preparação de um projeto de correspondência de dados. Este trabalho foi igualmente realizado no âmbito de uma resposta conjunta à crise da COVID-19.

**Lesoto:** Um manual de procedimentos de auditoria pós-desalfandegamento (APD) foi finalizado e foi desenvolvida uma base de dados da APD, que pode ser agora consultada por todos os auditores. Foi concebido um projeto relativo aos operadores económicos autorizados, que está a ser executado em conformidade com as normas de boas práticas.

**Madagáscar:** O DC prestado visava ajudar o Comissário das Alfândegas e a sua equipa de gestão a desenvolver e validar novas declarações de visão, de missão e de valores. Foi também desenvolvido um conjunto de metas estratégicas, objetivos de apoio e indicadores de desempenho. Foram também redigidas as disposições aduaneiras necessárias para harmonizar o Código Aduaneiro de Madagáscar com os requisitos do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

**Maurícias:** Uma série de workshops contribuiu para reforçar as capacidades em matéria de procedimentos de tratamento de informações e de informadores.

**Namíbia:** Foi preparado o projeto de procedimentos operacionais normalizados para a APD e prestada assistência na forma DC para apoiar a execução. Foram desenvolvidos e acordados um plano operacional baseado no risco e um plano de ação de apoio à implementação. Uma revisão das isenções de direitos e impostos aduaneiros foi concluída e foi desenvolvido um plano de ação para reduzir as potenciais perdas de receitas. Foi igualmente prestado apoio de DC à unidade de gestão de riscos para avaliar e desenvolver os perfis revistos e os critérios de seletividade. Foi também preparada uma estratégia nacional de informação e um plano de execução.

**Seicheles:** Foram preparados procedimentos revistos e controlos de gestão para o tratamento dos lançamentos pelas Unidades de Tratamento de Lançamentos. Foram acordadas propostas para a automatização total dos procedimentos aduaneiros e iniciado um projeto-piloto.

**Zâmbia:** Foi concebido um evento de formação de intervenientes, que contou com 16 participantes provenientes de várias áreas de negócios, incluindo as unidades tributárias, aduaneiras e de empresas nacionais (99,5% dos participantes avaliaram a formação como boa ou muito boa). Os conhecimentos e as competências adquiridos pelos participantes foram utilizados para apoiar a execução do programa de reforma e de modernização e, especificamente, para informar sobre o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação associada. A documentação relativa à proposta de projeto foi elaborada e acordada para um programa de Mapeamento de Processos de Empresas das alfândegas e para a extensão do projeto de correspondência de dados. Foi desenvolvida uma Estratégia Nacional de Informação e acordada também uma proposta para a criação de uma unidade central de informação.

**Zimbabué:** Os critérios de risco foram avaliados e foram desenvolvidos critérios revistos. Foi preparada uma proposta de Estratégia Nacional de Informação. A capacidade de implementação de um programa de cumprimento baseado nos riscos foi desenvolvida e é evidenciada pelos relatórios de um número crescente de infrações detetadas, pela melhoria da arrecadação de receitas e pela redução do número de exames físicos realizados.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

- Um seminário regional concebido para reforçar a capacidade das administrações para implementar e aplicar o Acordo da OMC sobre o Valor Aduaneiro contou com a participação de representantes de 11 países membros do AFS. O seminário centrou-se na implementação das orientações de boas práticas da Organização Mundial das Alfândegas para a criação e a operação de uma unidade de avaliação aduaneira e da mais recente Nota Técnica do FAD sobre questões de avaliação. O seminário identificou as principais áreas de risco e apoiou as administrações participantes no desenvolvimento de estratégias apropriadas para a mitigação de riscos, concebidas para melhorar o cumprimento, facilitar o comércio e aumentar a arrecadação de receitas.
- Um seminário regional, realizado em parceria com o AFE e o COMESA, centrou-se no fortalecimento de capacidades dos funcionários participantes com vista a utilizarem eficazmente os dados no âmbito de uma abordagem baseada no risco em matéria de gestão do cumprimento. O evento incluiu discussões interativas sobre as melhores práticas internacionais, as iniciativas regionais e as experiências dos países.

#### Caixa 3. Estudo de caso – Correspondência de dados (Lesoto)

O apoio ao DC em matéria de Correspondência de Dados ajudou a equipa de projeto criada pela Autoridade da Receita do Lesoto a identificar os riscos de cumprimento na inscrição, declaração, pagamento e relato rigoroso dos contribuintes. A equipa do projeto avaliou os dados dos 94 maiores importadores e 23 maiores exportadores, que representam mais de 75% do valor total das importações e das exportações no Lesoto. Ordenou e classificou todos os principais comerciantes identificados de acordo com 58 fatores de risco de cumprimento, identificou os riscos de cumprimento significativos num total de vários mil milhões de USD em valor comercial, assim como os riscos sistémicos para as receitas, e preparou um plano de ação detalhado (curto e médio prazo) para validar as anomalias e mitigar os potenciais riscos identificados de não cumprimento. O plano foi acordado e está a ser implementado com o apoio contínuo do AFS.

### Prioridades em matéria de DC no EF 21

**O programa de trabalho do AFS para a componente aduaneira está a ajudar os países membros a fazer face aos desafios decorrentes da COVID-19, ao mesmo tempo que visa marcos centrados no seguinte:**

- Desenvolvimento do projeto e da capacidade de gestão da mudança para melhorar a transparência e a governação dos programas de reforma e modernização (**Angola e Madagáscar**);
- Melhoria dos controlos aduaneiros através da implementação de programas de gestão do cumprimento com base nos riscos e de correspondência de dados (**Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Namíbia e Zâmbia**);

- Desenvolvimento de estratégias de gestão coordenada das fronteiras e conceção e implementação de programas de comerciantes preferenciais para facilitar o comércio legítimo e o cumprimento voluntário (**Lesoto e Zimbabué**);
- Modernização dos quadros legislativos (**África do Sul, Comores, Lesoto e Madagáscar**);
- Reforço dos programas de auditoria pós-desalfandegamento e combate ao contrabando (**Comores, Zâmbia e Zimbabué**);
- Reforço do controlo e acompanhamento das isenções dos direitos e taxas aduaneiras e da administração dos impostos especiais de consumo (**Comores, Essuatíni, Lesoto e Zimbabué**).

**Execução no EF 21 – T1: Registou-se uma boa eficácia no primeiro trimestre no que respeita à execução do programa de prestação de DC do EF 21.** O AFS apoiou **Angola** na conceção, estruturação e implementação de um gabinete de gestão de projeto, as **Comores** no tocante aos requisitos do acordo de determinação do valor aduaneiro da OMC e à operacionalização da unidade de petróleos, o **Essuatíni** no fortalecimento das capacidades para utilizar dados para ajudar à identificação de incumprimentos graves, **Madagáscar** na finalização do programa de modernização, as **Seicheles** para automatizar os procedimentos de tratamento das entradas no aeroporto de Mahe, a **Zâmbia** na implementação da estratégia nacional de informação, o **Zimbabué** na implementação da estratégia nacional de informação e a metodologia de avaliação aduaneira e auditoria pós-desalfandegamento.

**A formação regional e o programa de aprendizagem entre pares no EF 21 incluem:**

- Um webinar sobre Análise de Dados (janeiro de 2021);
- Um webinar sobre Liderança e Desenvolvimento da Gestão com o AFE (fevereiro de 2021);
- Um webinar conjunto (autoridade tributária e aduaneira) sobre Continuidade dos Negócios e Gestão de Catástrofes com o AFE (março de 2021).

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS SETORES MONETÁRIO E FINANCEIRO**

Ao longo do EF 20, o programa de desenvolvimento do setor monetário e financeiro do Centro orientou-se para a avaliação comparativa da arquitetura regulamentar e de supervisão e para as infraestruturas do mercado financeiro (IMF) face às melhores práticas internacionais e à melhoria das operações do mercado monetário e cambial. O AFS continuou a apoiar os membros nos seus esforços para reforçar a estabilidade e a resiliência do setor financeiro, aplicar os acordos de Basileia II e Basileia III, melhorar o quadro da política de fiscalização em matéria de supervisão, reforçar a supervisão baseada no risco, adquirir competências na adoção da IFRS 9, melhorar os quadros jurídicos e de supervisão das IMF, melhorar a modelização e o sistema de previsão e de análise de políticas (FPAS), melhorar as competências analíticas e a compreensão dos mercados monetários, de títulos e cambiais e reforçar a comunicação sobre a política monetária. O programa atualizado do EF 21 assegurará o apoio contínuo nestes domínios, ajudando simultaneamente os países membros a abordar melhor as questões decorrentes da COVID-19. Foram alocados recursos para enfrentar os riscos cibernéticos e as questões das Fintech. O atraso registado na chegada de novos conselheiros residentes pode, contudo, constituir um desafio para a execução do programa do EF 21.



## SUPERVISÃO E REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIAS – Comparação da arquitetura regulamentar e de supervisão face às melhores práticas internacionais – Benjamin Stefanou



### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

**O volume de prestação de DC atingiu 1,2 anos ETI.** A maioria dos países registou bons progressos nos marcos. Até abril de 2020, quase todos os marcos classificados foram total ou largamente cumpridos ou apresentaram bons progressos. Os marcos alcançados pelos países membros incluíram:

**Botsuana:** O Banco do Botsuana (BoB) implementou o acordo de Basileia II nos seus bancos com o apoio do AFS e está atualmente a implementar elementos selecionados do Basileia III, em especial no tocante a requisitos de liquidez. O resultado visado é os bancos disporem de uma posição de liquidez sólida no curto prazo e de uma variedade de fontes de financiamento estáveis para financiar os seus ativos no mais longo prazo. O BoB reforçou a capacidade técnica dos seus quadros na implementação dos requisitos avançados.

**Essuatíni:** O Banco Central de Essuatíni tem vindo a implementar o acordo de Basileia II nos seus bancos de forma faseada. O objetivo no curto prazo é assegurar que o nível de fundos próprios dos bancos reflete o seu perfil de risco, a sua estratégia de negócios e os seus níveis de aceitação do risco. Uma missão centrada no acordo de Basileia II e em elementos selecionados do Basileia III permitiu às autoridades acelerar a finalização do projeto de orientações para os bancos, abrangendo os três pilares do Basileia II e reforçando a capacidade dos supervisores para trabalhar no Basileia III.

### Caixa 4. As Seicheles estão a realizar progressos na implementação da IFRS 9

O Banco Central das Seicheles (CBS) recebeu AT de alto nível ao longo dos anos, o que contribuiu para reforçar os conhecimentos e a capacidade dos quadros da área da supervisão bancária, o que, por sua vez, intensificou a supervisão das instituições financeiras no setor bancário.

Um dos domínios mais relevantes em que a AT foi prestada diz respeito à implementação da IFRS 9 e de outras normas relacionadas. A ênfase foi dada ao reforço das capacidades dos quadros do CBS para supervisionar de forma eficaz a implementação da IFRS 9. As ações de formação abrangeram diferentes aspetos, nomeadamente, a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros, processos de provisionamento por imparidade, metodologias e divulgações. O CBS beneficiou igualmente de ações de formação no estrangeiro sobre regulação e supervisão. As oportunidades de formação sobre a IFRS 9 e a implementação das normas de Basileia revestiram-se da máxima importância. Os quadros do CBS participaram em sessões de formação nas Maurícias relativas à IFRS 9 em 2018 e 2019. Além disso, em 2018, os quadros do CBS participaram num seminário para discutir o impacto das reformas do Basileia III, no tocante à implementação do Basileia II e III nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento. O objetivo do seminário foi partilhar perspetivas e experiências de países em relação à implementação do Quadro de Basileia.



Com o apoio do AFS, o CBS formalizou um conjunto de declarações e orientações para a recolha de dados das instituições financeiras sobre a IFRS 9. Foram igualmente fornecidas orientações sobre as abordagens de aperfeiçoamento da regulamentação relativa ao provisionamento. Os quadros do CBS estão agora em condições de realizar a avaliação financeira das instituições financeiras, tanto do ponto de vista da supervisão como da estabilidade financeira.

Além disso, o AFS manteve reuniões com instituições financeiras para avaliar o seu processo de implementação de acordo com as orientações do CBSB em matéria de risco de crédito e de contabilidade para as perdas esperadas (dezembro de 2015). As orientações foram utilizadas para avaliar o processo de governação do desenvolvimento do modelo de Perdas Esperadas com Crédito. Isto ajudou o CBS a trabalhar com instituições financeiras para melhorar as estruturas de governação em termos da aplicação da IFRS 9.

Durante a sua última visita em outubro de 2019, o AFS prestou formação sobre a IFRS 9 e a contabilidade pelo justo valor, o requisito de divulgação e a validação da modelização. O AFS reviu uma amostra de algumas demonstrações financeiras de instituições financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 2018 e formulou recomendações ao CBS para melhorias em relação ao relato da IFRS 9. Os peritos do AFS participaram em reuniões com instituições financeiras e com os seus auditores para debater áreas de melhoria, como a divulgação da implementação da IFRS 9, a alteração da política contabilística e do instrumento financeiro e das provisões por fases. O exercício tem sido útil e permitirá que os quadros do CBS avaliem melhor os modelos de perdas esperadas com crédito e as demonstrações financeiras das instituições financeiras.

**Madagáscar:** O país está a realizar progressos no sentido da implementação de uma abordagem de supervisão baseada no risco. O AFS prestou assistência à Comissão para a Supervisão Bancária e Financeira no sentido da implementação da abordagem da supervisão baseada no risco, em conformidade com as recomendações do Programa de Avaliação do Setor Financeiro e da missão do AFS de fevereiro de 2018. No EF 20 foi concluída a definição do perfil de risco das instituições, foi desenvolvida uma matriz de risco e os supervisores no local começaram a realizar avaliações de acordo com a abordagem baseada no risco. O AFS também prestou assistência na implementação do Pilar 2 do Basileia II, em especial no tocante às interligações entre a supervisão baseada no risco e o Pilar 2.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

**Os seminários regionais, a formação personalizada e as atividades de aprendizagem entre pares continuaram a estar estreitamente ligados às reformas em curso a serem implementadas na região.** Os eventos realizados durante o ano incluíram:

- Um seminário sobre “Supervisão centrada nos Riscos de Transações Transfronteiras” para os quadros do Banco da Reserva da África do Sul (SARB) e de outros bancos centrais (Essuatíni, Lesoto, Namíbia e Seicheles). O seminário centrou-se nos conceitos, aspetos operacionais e desafios da implementação da supervisão transfronteiras, incluindo o Princípio Fundamental de Basileia que aborda este aspeto e os pormenores do trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho de Colégios de Autoridades de Supervisão do Comité de Supervisão Bancária da Basileia.
- Um seminário sobre as IFRS reforçou a capacidade de 30 reguladores/supervisores de médio e alto nível de 10 países para compreenderem os desafios da implementação. O seminário familiarizou os participantes com os conceitos subjacentes às normas e dotou-os com os instrumentos e as técnicas para realizarem a supervisão dos bancos/instituições financeiras no âmbito do novo quadro.
- Um seminário destinado a funcionários da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre “Questões de Governação Corporativa no Setor Bancário” abordou os conceitos, aspetos operacionais e desafios de implementação das questões relativas a governação corporativa, incluindo o princípio da OCDE e de Basileia consagrado a este aspeto. O evento reforçou as competências e os conhecimentos dos participantes. O AFS conseguiu desenvolver uma eficácia excelente com a SADC através destes esforços em DC e espera, no futuro, uma maior consolidação

das relações com o fórum. O evento foi também um excelente evento de sensibilização e de reforço dos esforços de integração regional.

- Um seminário personalizado sobre “Abordagem baseada no Risco à Fiscalização de CBC/FT” para o Banco das Maurícias concebido para reforçar a capacidade de avaliar a qualidade e a eficácia do quadro de fiscalização de CBC/FT das instituições e reforçar as capacidades de supervisão, com vista a assegurar o cumprimento das normas do *Grupo de Ação Financeira (GAFI)*.
- Participação do conselheiro residente do AFS num seminário Fintech organizado pelo FMI no Botsuana na XVIII Conferência Anual e na Reunião do Instituto Francófono para a Regulamentação Financeira, organizado em colaboração com a Comissão de Serviços Financeiros das Maurícias. O seminário Fintech foi o quinto de uma sequência de seminários que se seguiu às Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial em Bali, em outubro de 2018, que apelaram à divulgação de informações sobre as inovações na frente tecnológica, as respetivas vantagens, os riscos inerentes envolvidos e as técnicas de mitigação de riscos.

### Prioridades em matéria de DC no EF 21

**O AFS continua a ajudar no desenvolvimento de capacidades para permitir a conclusão das reformas do setor financeiro, facilitar a adoção das melhores práticas internacionais no domínio da regulamentação e supervisão do setor financeiro e apoiar os países membros a dar uma melhor resposta aos desafios decorrentes da COVID-19.** O FMI apoia uma abordagem à regulamentação e supervisão que aplique práticas de supervisão proporcionais ao perfil de risco e à importância sistémica de um vasto conjunto de instituições financeiras, e diferentes fases de desenvolvimento e complexidade dos sistemas financeiros. O AFS está a reproduzir esta abordagem no programa de trabalho do EF 21, tendo em conta as eventuais necessidades de assistência dos bancos centrais e das entidades reguladoras, a fim de implementar as suas estratégias para conter o impacto da pandemia da COVID-19 no crescimento, salvaguardando simultaneamente a estabilidade do setor financeiro. Em termos gerais, o programa do EF 21 atualizado visa marcos para ajudar os países na região a:

- Enfrentar os desafios para o setor financeiro decorrentes da pandemia da COVID-19;
- Implementar a Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS 9);
- garantir o reforço da fiscalização do quadro de supervisão com referência para a melhoria do quadro de supervisão baseada no risco;
- Melhorar o cumprimento das normas internacionais, em especial, o Basileia II e o Basileia III;
- Assegurar a estabilidade financeira através da supervisão macroprudencial numa base jurídica sólida, transparente e de aplicação obrigatória.

**Os esforços do AFS para ajudar os países a reforçar os seus quadros regulamentares e de supervisão assumem uma urgência acrescida considerando os possíveis impactos na estabilidade do setor financeiro a partir da pandemia da COVID-19 e dos ajustamentos económicos associados.** Ao prosseguir o trabalho de DC, o AFS está a trabalhar em estreita colaboração com os países membros para ajudar a garantir que a assistência seja orientada e flexível em função das necessidades de DC em constante mudança.

**Execução no EF 21 – T1: Durante o trimestre que terminou em julho de 2020, o AFS, em colaboração com o MCM, organizou três webinários para debater com os países membros os riscos para o setor financeiro impostos pela pandemia da COVID-19 e sugerir respostas de política com base nas Notas do FMI/Banco Mundial (Série Especial sobre a COVID-19).** Os webinários incluíram mesas-redondas sobre: i) política de regulamentação e supervisão bancárias, que proporcionaram uma perspetiva geral sobre os desafios operacionais enfrentados pelas autoridades de supervisão, ii) a cibersegurança do teletrabalho durante a pandemia, que forneceu uma panorâmica sobre as atuais questões de cibersegurança a nível mundial e as orientações do MCM do FMI, e iii) a regulação e supervisão dos seguros, que forneceu uma perspetiva geral sobre os desafios operacionais impostos às autoridades de supervisão dos seguros e as respostas de política

recomendadas pelo FMI. Além disso, o AFS prestou assistência ao Banco Central de Moçambique com a aplicação do Basileia II e elementos selecionados do Basileia III.

#### A formação regional e o programa de aprendizagem entre pares no EF 21 incluem:

- Um seminário sobre “Governança no Setor Bancário” (em conjunto com o COMESA, abril de 2021);
- Um seminário sobre as IFRS (abril de 2020);
- Um webinar sobre “Gestão de Crises” (outubro/novembro de 2020).

#### OPERAÇÕES MONETÁRIAS E DO MERCADO CAMBIAL – Melhores quadros de política monetária e maior transparência dos bancos centrais



#### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

O volume de prestação de DC atingiu 1,3 anos ETI com cerca de 17% destinado a apoiar os países frágeis do AFS e Madagascar. Até final de abril, quase todos os marcos classificados foram total ou largamente cumpridos ou apresentaram bons progressos. De destacar as principais realizações durante o EF 20:

**Botsuana:** O banco central realizou progressos no que respeita ao quadro de previsão da liquidez para orientar as operações de gestão da liquidez e divulgar informações aos intervenientes. Uma missão prestou assistência ao BoB no sentido de reforçar o quadro de previsões a muito curto prazo e de implementar uma base de dados, tratamento de dados e infraestrutura do FPAS melhorados. A equipa trabalhou em trajetórias paralelas para: i) finalizar o projeto relativo à base de dados, gestão de dados e tratamento de dados, iniciado através da assistência anterior realizada à distância, ii) continuar a desenvolver o quadro de previsões de muito curto prazo com destaque para o PIB, e iii) dar seguimento e assegurar a utilização eficiente e a implementação do Inquérito de Expectativas de Negócios anteriormente melhorado.

**Maurícias:** Uma missão do FPAS centrou-se no desenvolvimento do conjunto de instrumentos de previsões de muito curto prazo e de um quadro de previsões de muito curto prazo abrangente. A missão teve por base o trabalho iniciado durante uma missão do FPAS em novembro de 2018. Durante essa missão foi criado um sistema de modelos de previsões de muito curto prazo para o PIB e esta missão continuou a desenvolver este sistema e a formar pessoal para a sua utilização ideal. A missão começou também a criar um sistema semelhante para o IPC. Além disso, a missão trabalhou no sentido de clarificar as atribuições e as responsabilidades dos peritos do setor, nos e entre os ciclos de previsão.

**Zâmbia:** Através de uma missão do FPAS, o banco central desenvolveu ainda mais o seu quadro de previsões de muito curto prazo (incluindo através da integração de dados e informações sobre inquéritos às empresas). Começou também a desenvolver a análise e as previsões do setor externo e beneficiou da formação utilizada no Modelo de Projeções Trimestrais.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

**Para continuar a apoiar a implementação da política monetária, o AFS financiou ações de formação e atividades de aprendizagem entre pares em domínios fundamentais, nomeadamente:**

- Um seminário sobre “Implementação da Política Monetária e Desenvolvimento do Mercado Financeiro”, realizado em conjunto com o SARB, permitiu aos participantes conhecerem as últimas tendências em matéria de implementação e operações de política monetária e reforçarem a sua capacidade para avaliar diferentes quadros de implementação da política monetária. Os participantes acolheram com agrado os seus elementos de partilha entre pares e a sessão de “encontros rápidos” organizada no último dia.
- Um programa de orientação para o Banco Central das Comores (BCC) relativo às “Principais Funções dos Bancos Centrais Modernos” permitiu que cerca de 50 funcionários de vários departamentos se familiarizassem com as principais atribuições dos bancos centrais modernos e com as ligações entre as várias atribuições. Através do programa, a Sra. Carina Selander, a Sra. Faith Stewart e o Sr. Ravi Mohan, conselheiros residentes do AFS para Operações de Política Monetária, Infraestruturas do Mercado Financeiro e Supervisão e Regulamentação Bancárias, respetivamente, avaliaram também as prioridades em matéria de DC. As opiniões sugerem que um programa semelhante poderia ser disponibilizado a outros bancos centrais.
- Um programa de formação personalizado destinado aos bancos centrais do Botsuana e das Maurícias para desenvolver os quadros de previsão da liquidez e formar os funcionários na operação e gestão das bases de dados, das ferramentas, dos modelos e dos formulários para o efeito.
- Foi organizado um intercâmbio bipartido entre pares com o Banco Central das Seicheles para apoiar o Banky Foiben’I Madagasikara no seu processo de transição de um quadro de fixação da massa monetária para um quadro baseado em taxas de juro. A Parte 1 do intercâmbio entre pares foi constituída por um seminário personalizado em Madagáscar, em que os funcionários do CBS integravam a equipa da missão. A Parte 2 foi uma visita de estudo ao CBS em que os funcionários de Madagáscar tiveram a oportunidade de ver os resultados da transição nas Seicheles, participar no trabalho quotidiano e aprender mais sobre os desafios.
- Um programa de destacamento com o Danmarks Nationalbank (DNB) para os funcionários do banco central e do Ministério das Finanças (MF) do Botsuana para adquirem mais conhecimentos sobre a gestão eficaz da dívida e o desenvolvimento do mercado. O programa incluiu discussões e apresentações com o Departamento de Mercados Financeiros – em particular, o Gabinete de Gestão da Dívida, liderado pelo Sr. Lars Mayland Nielsen do DNB. A equipa do Botsuana também visitou o MF onde o Sr. Frederik Munk apresentou o papel do ministério na estratégia e gestão da dívida.

### Prioridades em matéria de DC no EF 21<sup>8</sup>

**O AFS continuará a realizar atividades de desenvolvimento de capacidades para apoiar as reformas de política monetária em curso e fomentar a adoção das melhores/boas práticas internacionais modernas nas áreas da modelagem e previsão, comunicação e implementação de política monetária para estimular o desenvolvimento do mercado na região.** Quadros de política monetária modernizados em combinação com sistemas financeiros sólidos ajudarão a manter a inflação em níveis baixos e a melhorar o acesso a financiamento. O apoio ao DC no FPAS foi apreciado na região e prosseguirá.

---

<sup>8</sup> Os atrasos na contratação de conselheiros residentes devem afetar a prestação de DC no EF 21.

Além disso, as modalidades da prestação serão alinhadas ao seu impacto de política. Embora a procura e a consolidação de DC sobre operações de política monetária tenham enfraquecido em alguns países, continuam a representar uma prioridade fundamental nos países que estão em processo de transição para quadros de política monetária atuais e mais modernos.

**Em termos gerais, o programa do EF 21 visa ajudar os países na região a:**

- Continuar e, em alguns casos possivelmente, a finalizar a implementação do FPAS para assegurar uma política monetária melhor informada;
- Aumentar a transparência e a prestação de contas, assim como a eficácia da política monetária através do reforço da capacidade de comunicação dos bancos centrais;
- Apoiar os bancos centrais nos seus esforços para desenvolver os mercados financeiros;
- Aumentar e alargar a capacidade e as competências gerais em matéria de política monetária dos funcionários dos bancos centrais da região.

## INFRAESTRUTURA DOS MERCADOS FINANCEIROS

### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

**Os países do AFS continuaram a fazer progressos nas suas agendas de modernização:** modernizar os quadros jurídicos e de supervisão e realizar avaliações iniciais das infraestruturas dos mercados financeiros (IMF) face às normas internacionais, e os Princípios da CPSS-IOSCO relativos às infraestruturas dos mercados financeiros (PIMF). O AFS centrou-se na formação e no fortalecimento das capacidades para melhorar, sobretudo, as competências de avaliação da IMF e apoiar iniciativas em ambas as frentes. O volume de prestação de DC quase duplicou e atingiu 0,6 anos ETI. Entre as principais atividades e os progressos realizados em matéria de marcos, incluem-se:

**Essuatíni:** Uma missão avaliou as regras da Central de Depósito de Títulos e fez sugestões para a sua melhoria antes da sua finalização e publicação. A atividade contribuiu igualmente para eliminar o impasse, clarificando as respetivas atribuições do banco central, da autoridade de regulamentação de valores mobiliários e da autoridade de regulamentação dos serviços financeiros na supervisão das CDT.

**Lesoto:** O apoio do AFS contribuiu para clarificar e diferenciar as atribuições dos diferentes departamentos no que respeita ao cumprimento dos mandatos do CBL enquanto supervisor do sistema de pagamentos, operador e supervisor do setor financeiro.

**Namíbia:** O EF 20 constituiu o primeiro ano de envolvimento do AFS com uma IMF do setor privado, a Namibia Clearing Company (NamClear), o operador da câmara de compensação automática (ACH). O Banco da Namíbia (BoN) nomeou a NamClear como um sistema de pagamentos sistemicamente importante e, por conseguinte, uma IMF. A formação do AFS permitiu aos quadros do BoN aumentar os conhecimentos sobre a utilização de diversos instrumentos de acompanhamento para reforçar a supervisão.

**Zâmbia:** O AFS ajudou o banco central a identificar estratégias para melhorar a resistência da IMF e melhorar o cumprimento do princípio 17 (risco operacional) dos PIMF. Forneceu também orientações práticas e soluções para reforçar a ciber-resiliência.

**Zâmbia:** Para cumprir os princípios 1 e 8 dos PIMF, o AFS desenvolveu os requisitos legais para a supervisão e o caráter definitivo da liquidação. Subsequentemente, o LEG avaliou e teceu os seus comentários para melhorar a lei alterada dos sistemas nacionais de pagamentos.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

**Workshop regional sobre PIMF:** O AFS realizou um workshop regional em conjunto com o AFE e o Instituto de Gestão Macroeconómica e Financeira da África Oriental e Austral (MEFMI) para desmistificar as normas e reforçar o cumprimento das Responsabilidades A-E e dos princípios selecionados dos PIMF. O workshop avaliou também as práticas novas e emergentes no domínio da regulamentação e supervisão de moeda



eletrónica. O workshop foi marcado por três factos inéditos importantes: i) colaboração com o MEFMI: este foi o primeiro envolvimento do AFS com o MEFMI na área temática dos PFMI, ii) leque mais abrangente de participantes: os delegados incluíram um operador do setor privado da IMF e dois operadores de swaps de risco de incumprimento. No passado participaram apenas quadros dos bancos centrais (operadores de sistemas de liquidação por bruto em tempo real, supervisores e advogados) e autoridades de regulamentação de valores mobiliários; e novo estudo de caso relativo às responsabilidades dos PIMF: foi incluído um estudo de caso separado para uma avaliação completa das autoridades de regulamentação e dos supervisores do cumprimento das cinco responsabilidades dos PIMF. Os estudos de caso anteriores centraram-se na gestão dos riscos da IMF, avaliando os riscos jurídicos, financeiros e operacionais.

**Destacamentos profissionais:** Os delegados do Botsuana, Essuatíni e Zâmbia beneficiaram de um programa de destacamento no Banco do Gana (BoG), tendo adquirido conhecimentos mais profundos sobre a gestão e a supervisão de riscos da IMF e das Fintech e a ciber-resiliência no setor financeiro. O BoG é amplamente respeitado pela sua abordagem inovadora e progressiva ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Pagamentos – e, mais recentemente, pelos avanços no seio do banco central e a nível nacional no tocante a iniciativas de cibercriminalidade. Os participantes identificaram ações que podem implementar nos respetivos países com base nas observações e nas lições adquiridas no Gana, algumas das quais podem exigir, no futuro, o apoio de AT.

**Outras realizações:** Para mitigar ainda mais o risco nas IMF, a Namíbia alcançou agora o seu objetivo estratégico e cessou a utilização de cheques, uma novidade entre países africanos.

#### Prioridades em matéria de DC no EF 21<sup>9</sup>

O AFS continuará a ajudar no desenvolvimento de capacidades para permitir a conclusão das reformas dos sistemas nacionais de pagamentos e apoiar a adoção das melhores práticas internacionais para a gestão de riscos e fiscalização de IMF. Em termos gerais, o programa do EF 21 visa marcos para ajudar os países na região a alcançar o seguinte: i) o quadro de fiscalização e supervisão das IMF é estabelecido pelas autoridades competentes de acordo com os seus poderes estatutários, ii) as IMF de importância sistémica cumprem plenamente as normas internacionais, e iii) assegurar que as IMF operam numa base jurídica sólida, transparente e de aplicação obrigatória.

#### As atividades de formação regional planeadas para o EF 21 incluem:

- Um webinar sobre Riscos Cibernéticos (janeiro de 2021) e
- Um seminário sobre Fintech (em conjunto com o COMESA, em abril de 2021).

---

<sup>9</sup> Os atrasos na contratação de conselheiros residentes devem afetar a prestação de DC no EF 21.

## PROGRAMA DE ESTATÍSTICAS

ESTATÍSTICAS DO SETOR REAL – **Reforçar a compilação e a divulgação de dados sobre estatísticas macroeconómicas para a tomada de decisões de acordo com as normas estatísticas internacionalmente aceites** – Achille Pegoue e Donna Grcman



### Execução do Programa de Trabalho do EF 20

Os países do AFS fizeram progressos na atualização e implementação de conceitos metodológicos e normas relativas às contas nacionais e estatísticas de preços. Uma realização chave no EF 20 foi a maior relevância conquistada na África do Sul, no Botsuana e no Zimbabué, onde, por uma série de razões, as visitas do AFS no passado foram limitadas, ou não foi realizada nenhuma visita. O volume de prestação de DC atingiu 2,9 anos ETI no EF 20 por comparação com 2,5 anos ETI no EF 19. Os países frágeis e Madagáscar absorveram cerca de 28% dos recursos de DC. Mais de 95% dos marcos classificados foram total ou largamente cumpridos até final de abril de 2020 ou apresentaram bons progressos. De destacar os seguintes progressos feitos pelos órgãos estatísticos no EF 20:

**Angola:** Arranque dos trabalhos preliminares para a divulgação do PIB trimestral ajustado de sazonalidade;

**Botswana:** Progressos no rebaseamento das contas nacionais;

**Comores:** Divulgação atempada do PIB anual, divulgação do índice de preços no consumidor (IPC) aperfeiçoado;

**Essuatíni:** Divulgação de dados harmonizados do PIB anual e trimestral;

**Lesoto:** Lançamento de revisões às estimativas do setor público e do setor financeiro nas contas nacionais;

**Madagáscar:** Melhoria dos métodos para medir o PIB pela ótica da despesa e o deflator do PIB;

**Maurícias:** Melhoria dos mecanismos institucionais para recolher dados e medir a economia informal;

**Moçambique, Namíbia:** Lançamento do PIB rebaseado;

**Seicheles:** Finalização dos Quadros de Recursos e Empregos para o rebaseamento do PIB;

**África do Sul:** Melhoria dos métodos de ajustamento sazonal para o rebaseamento do PIB;

### Caixa 5. Redenominação do PIB e dos preços subjacentes ao IPC no Zimbabué

O novo governo do Zimbabué, que tomou posse após as eleições de julho de 2018, adotou uma orientação orçamental mais restritiva a partir de setembro de 2018 e introduziu uma nova moeda nacional em fevereiro de 2019. Em 24 de junho de 2019, o governo aboliu oficialmente o regime de moedas múltiplas, e o novo dólar do Zimbabué passou a constituir a única moeda de curso legal. As autoridades estão também a avançar nas reformas estruturais tal como definidas no seu Programa de Estabilização Transicional. Como resultado da atual reforma, muitas séries estatísticas (como o PIB e o IPC) foram reestimadas na nova moeda, o dólar do Zimbabué. O ZIMSTAT,



com a assistência do AFS, reviu as séries de estatísticas macroeconómicas para refletir tais mudanças, uma medida necessária para orientar os debates sobre políticas.

**Zâmbia:** Preparação das estruturas para a compilação dos Quadros de Recursos e Empregos no contexto do PIB rebaseado a ser produzido em breve;

**Zimbabué:** Redenominação do PIB e dos preços subjacentes ao IPC e desenvolvimento de um índice de preços no produtor (IPP) para a agricultura.

### Seminários regionais, formação personalizada e programa de aprendizagem entre pares no EF 20

No EF 20, o AFS organizou os seguintes seminários regionais:

- Um workshop personalizado para o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia e do Planeamento e o Banco Nacional de Angola, sobre o tema “Elementos Básicos dos Métodos e Práticas de Ajustamento Sazonal”;
- Um seminário regional sobre “Medidas de Volume e Preço nas Contas Nacionais”;
- Um seminário regional sobre “Fundamentos do Índice de Preços no Consumidor”.

O Centro manteve a sua colaboração com os parceiros regionais e internacionais para continuar a apoiar o trabalho estatístico na região. A colaboração levada a cabo este ano incluiu:

- Um workshop sobre medidas de volume e preço nas contas nacionais, organizado em conjunto com a COMESA e o AFE;
- Uma missão às Seicheles no domínio das contas nacionais, em conjunto com a Comissão Económica das Nações Unidas para África;
- Uma missão ao Zimbabué no domínio das contas nacionais, em conjunto com o Banco Mundial;
- A participação do AFS na XXVI reunião do Comité Estatístico da SADC.

### Prioridades em matéria de DC no EF 21

Em linha com o programa da Fase II e em coordenação com o Departamento de Estatística do FMI, o AFS continuará a promover dados de qualidade para cumprir as normas internacionais e, simultaneamente, a reforçar a sensibilização para os desafios relacionados com a COVID-19 na compilação do PIB. O Centro apoia as iniciativas em curso para a atualização das metodologias e a aplicação de normas avançadas: o Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS), o Padrão Especial para Divulgação de Dados (SDDS) e o SDDS Plus. No EF 21, o foco continua a incidir na melhoria dos dados de base, na solidez metodológica, na exatidão, fiabilidade, utilidade, acessibilidade e atualidade das estatísticas em todos os países membros, com base nos progressos, na capacidade de absorção dos órgãos estatísticos e nas prioridades em matéria de DC acordadas entre tais órgãos e o AFS. As intervenções de DC no EF 21 serão orientadas no sentido da consecução de marcos nas seguintes áreas-chave:

- Divulgação das estimativas do PIB anual rebaseadas/revistas/melhoradas: **África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Lesoto, Moçambique, Seicheles e Zâmbia**;
- Desenvolvimento/melhoria das contas nacionais trimestrais: **Angola, Essuatíni, Madagáscar, Moçambique, Namíbia e Zimbabué**;
- Divulgação do IPC rebaseado/melhorado: **Comores, Essuatíni, Lesoto e Seicheles**;
- Desenvolvimento/atualização do IPP: **Botsuana, Essuatíni, Namíbia, Zâmbia e Zimbabué**.

**Execução no EF 21 – T1: Registaram-se bons progressos no que respeita à execução do programa de trabalho do EF 21.** Durante o trimestre que terminou em julho de 2020, o AFS organizou dois webinários sub-regionais para reforçar a sensibilização para os desafios relacionados com a COVID-19 referentes à compilação do PIB com foco em: i) revisão das notas metodológicas relacionadas com a COVID-19 relativas às contas nacionais elaboradas por organizações internacionais, ii) boas práticas para registar o apoio do governo às empresas e às famílias, iii) desafios impostos pela falta de dados de base e possíveis soluções, e iv) debates sobre as condições específicas para compilar e divulgar as estimativas do PIB do segundo trimestre.

A AT foi prestada para ajudar na: gestão dos desafios relacionados com a COVID-19 referentes à compilação do IPC (Angola), desenvolvimento do quadro estatístico e fatores de extrapolação que serão aplicados aos resultados do censo económico, bem como o cálculo do valor acrescentado bruto (VAB) para o setor financeiro e o índice dos custos salariais (Botsuana), estatísticas e estudos demográficos para gerir os desafios relacionados com a COVID-19 na compilação do IPC (Comores), atualização do índice de preços no consumidor (Lesoto), revisão das estimativas das contas nacionais anuais revistas (Namíbia), revisão da compilação das estimativas do VAB rebaseado para indústrias selecionadas (Seicheles), desenvolvimento do índice de preços no produtor (Zâmbia) e rebaseamento das contas nacionais anuais e desenvolvimento das contas nacionais trimestrais (Zimbabuê).

**As atividades regionais planeadas para o resto do EF 21 incluem:**

- Webinários conjuntos (AFS, AFC, AFW, AFW2) sobre o IPC no âmbito da continuidade dos negócios (agosto, setembro);
- Webinários conjuntos (AFS, AFC, AFW, AF2) sobre contas nacionais (agosto, setembro), um seminário sobre contas nacionais para principiantes sobre os elementos básicos dos métodos e práticas de compilação das contas nacionais (abril de 2021);
- Um seminário sobre as contas nacionais com o AFW (abril de 2021);
- Um seminário sobre o desenvolvimento do IPP (abril de 2021).

**Dados de boa qualidade são essenciais para a formulação de políticas, sobretudo em tempos de crise como a atual pandemia de COVID-19.** Ao longo do EF 21, o AFS continuará a prestar aconselhamento sobre a compilação das contas nacionais e das estatísticas de preços num contexto em que a recolha e compilação de dados se tornaram num desafio devido aos confinamentos. O Departamento de Estatística do FMI preparou notas para apoiar a compilação de estatísticas das contas nacionais e de preços durante este período. O AFS contribuirá para a formulação deste documento e apoiará a aplicação destas orientações.

**No domínio das estatísticas do setor real, os países membros do AFS adaptaram-se rapidamente ao novo modo de prestação das missões remotas de AT.** No entanto, a prestação remota de workshops regionais tem ainda de ser considerada para garantir que os objetivos são alcançados. Além disso, a capacidade reduzida de alguns países membros do AFS devido ao confinamento ou a regimes de trabalho flexível que incluem trabalho numa base rotativa pode prolongar o prazo das atividades programadas. Por último, as prioridades emergentes que incluem a saúde, a segurança e a recuperação económica podem desviar os escassos recursos financeiros de doadores e as dotações já afetadas a trabalhos estatísticos.

## LEGISLAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA

**O trabalho nesta área visa melhorar os quadros jurídicos e regulamentares – nomeadamente a legislação fiscal (e tributária), bancária e financeira.** O Centro financiou AT a Angola sobre legislação do banco central, ao Botsuana sobre legislação bancária, ao Essuatíni sobre a lei da GFP e a Madagáscar sobre legislação aduaneira. O apoio a Angola visa fortalecer a legislação do banco central ao abordar as deficiências observadas no contexto da avaliação das salvaguardas de 2019 – em especial, análise do mandato, estruturas de tomada de decisão, autonomia e responsabilização. A missão ao Botsuana examinou o projeto da Lei Bancária relativamente aos aspetos de supervisão e resolução, e fez sugestões sobre o projeto.

**As prioridades para o EF 21 continuam a incidir na finalização das reformas iniciadas com o apoio do AFS nas áreas e nos países visados, sobretudo onde se concentram as maiores necessidades e os melhores resultados.** O Centro está a trabalhar com a sede e o ATI para apoiar os países membros na modernização dos respetivos quadros jurídicos – tais como o projeto da legislação fiscal (Botsuana e Comores), da lei da GFP (Angola) e das reformas da lei do banco central (Maurícias e Moçambique).

## PROGRAMA DE FORMAÇÃO MACROECONÓMICA (LIDERADO PELO ICD)

**No EF 20, o programa de formação macroeconómica do AFS incluiu uma formação em “Desenvolvimento Financeiro e Inclusão Financeira” liderada pelo Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.**

Esta formação centrou-se, *inter alia*, na importância macroeconómica do desenvolvimento e da inclusão financeiros, em políticas para promover o desenvolvimento e a inclusão financeira, e nos indicadores utilizados para medir o desenvolvimento e a inclusão financeira. Tendo em vista a procura elevada e a sua relevância para os países membros, o AFS tem planos para organizar o mesmo curso no EF 21. Além disso, o AFS planeia igualmente um webinar sobre “Quadros e Operações de Política Monetária” em conjunto com o ATI. Os cursos realizados pelo ATI e os cursos online do FMI continuam a ser o principal veículo para proporcionar oportunidades de aprendizagem para a região.

## V. ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO AFS

As despesas do EF 20 ascenderam a USD 10 milhões por comparação com USD 10,1 milhões no EF 19. A subexecução em todos os projetos deve-se sobretudo ao cancelamento imprevisto da maioria das atividades de DC no local de março e abril de 2020 e à elevada rotatividade de conselheiros residentes durante o ano. O CP aprovou um orçamento de USD 13,7 milhões para o EF 21. No entanto, o Centro prevê algumas economias durante este exercício fiscal, decorrentes principalmente do orçamento de viagens, de algum atraso no recrutamento de conselheiros residentes e do possível adiamento das missões para o EF 22 – sobretudo nos casos em que se prevê uma prestação no local.

Tabela 2. Orçamento e execução

Projeto	Síntese da fase			EF 2020		EF 2021
	Orçamento do programa	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho	Despesas	Orçamento de trabalho
<b>Gestão das Finanças Públicas</b>	<b>15,2</b>	<b>14,3</b>	<b>7,9</b>	<b>3,2</b>	<b>2,6</b>	<b>3,4</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	12,9	12,5	7,0	2,9	2,3	2,9
Outros 2/	2,4	1,8	0,8	0,4	0,3	0,5
<b>Administração Aduaneira</b>	<b>5,1</b>	<b>6,1</b>	<b>3,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	4,2	4,9	2,8	1,0	1,0	1,2
Outros 2/	0,9	1,2	0,8	0,2	0,3	0,2
<b>Administração Tributária</b>	<b>5,2</b>	<b>5,7</b>	<b>3,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,2</b>	<b>1,4</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	4,2	4,8	2,8	1,1	0,9	1,1
Outros 2/	1,0	0,9	0,5	0,2	0,2	0,3
<b>Supervisão e Regulamentação Bancária</b>	<b>5,0</b>	<b>4,4</b>	<b>2,2</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>1,1</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	3,6	3,2	1,6	0,8	0,4	0,8
Outros 2/	1,5	1,2	0,6	0,2	0,2	0,3
<b>Operações de Política Monetária</b>	<b>5,0</b>	<b>4,7</b>	<b>2,5</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>1,2</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	4,2	3,7	2,0	0,8	0,5	0,9
Outros 2/	0,8	1,0	0,5	0,2	0,2	0,3
<b>Infraestruturas do Mercado Financeiro</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>	<b>0,7</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	1,9	1,7	0,7	0,4	0,3	0,6
Outros 2/	0,6	0,5	0,2	0,1	0,1	0,2
<b>Estatísticas do Setor Real</b>	<b>7,7</b>	<b>6,9</b>	<b>3,7</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,7</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	6,1	5,2	2,6	1,3	1,0	1,4
Outros 2/	1,6	1,7	1,0	0,3	0,3	0,3
<b>Legislação Fiscal e Financeira</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>
PLP, PCP e prestação da sede 1/	1,1	1,0	0,8	0,4	0,3	0,1
Outros 2/	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
<b>Administração de Projetos</b>	<b>3,7</b>	<b>3,5</b>	<b>2,0</b>	<b>0,8</b>	<b>0,6</b>	<b>0,9</b>
Pessoal local	2,7	2,0	1,1	0,4	0,3	0,5
Instalações e despesas relacionadas	0,8	1,1	0,7	0,3	0,2	0,3
Outros	0,2	0,4	0,2	0,0	0,1	0,0
<b>Formação personalizada</b>	<b>0,1</b>	-	-	-	-	-
Projeto de formação	0,5	0,8	0,4	0,4	0,2	0,2
Governança	0,7	0,5	0,2	0,0	0,0	0,2
Reserva orçamental estratégica	1,0	0,2	-	0,1	-	0,2
<b>Subtotal</b>	<b>53,1</b>	<b>50,4</b>	<b>27,5</b>	<b>11,7</b>	<b>9,2</b>	<b>12,6</b>
Gestão do Fundo Fiduciário	3,7	3,5	1,9	0,8	0,6	0,9
Despesas do FMI	2,8	2,6	1,0	0,6	0,2	0,3
País de acolhimento, em espécie	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>59,6</b>	<b>56,5</b>	<b>30,4</b>	<b>13,1</b>	<b>10,0</b>	<b>13,7</b>

Fonte: FMI, Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades, Divisão de Parcerias Globais.

No final de julho de 2020, as contribuições recebidas para a Fase II do AFS ascenderam a USD 45,3 milhões (Tabela 3). O total reflete as contribuições da Comissão Europeia, Alemanha, Reino Unido, Suíça, China, Países Baixos, Banco Europeu de Investimento, Austrália e o país de acolhimento, as Maurícias. Nove países membros não assinaram acordos de contribuição. No final de abril de 2020, o défice de financiamento do Centro situava-se em USD 4,9 milhões.

Tabela 3. Estado das contribuições financeiras

Informação sobre o Acordo/Alteração			Contribuição recebida	Contribuição esperada (USD)	
Parceiros/Membros	Data da assinatura <sup>1/</sup>	USD	USD	Solicitado	Contribuições futuras <sup>2/</sup>
<b>Parceiros</b>		<b>44,4</b>	<b>41,1</b>	-	<b>3,4</b>
Austrália	5/23/2016	0,2	0,2	-	-
China	7/13/2018	2,0	2,0	-	-
Comissão Europeia	Pendente	24,7	22,1	-	2,6
Banco Europeu de Investimento	4/19/2018	0,2	0,2	-	-
Alemanha	12/11/2018	2,8	2,8	-	-
Alemanha	11/30/2017	3,0	2,9	-	-
Países Baixos	11/6/2015	1,1	1,2	-	-
Suíça	10/8/2016	5,1	5,1	-	-
Reino Unido	12/12/2018	3,7	3,0	-	0,8
Reino Unido	10/11/2017	1,5	1,5	-	-
<b>Membros</b>		<b>3,5</b>	<b>1,9</b>	<b>0,5</b>	<b>1,2</b>
Angola	10/1/2018	0,3	0,3	-	-
Botsuana	8/28/2017	0,5	0,2	0,1	0,2
Madagáscar	12/21/2018	0,5	0,1	0,3	0,1
República de Moçambique	12/22/2017	0,5	0,5	-	-
Namíbia	12/2/2019	0,5	0,3	-	0,3
Seicheles	12/20/2017	0,5	0,2	0,1	0,2
África do Sul	3/21/2018	0,3	0,2	0,0	-
Zâmbia	8/28/2017	0,5	0,1	-	0,4
<b>Transferências internas <sup>3/</sup></b>		<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	-	-
<b>Em negociação</b>		<b>2,0</b>	-	-	-
Comores		0,5			
Essuatíni		0,5			
Lesoto		0,5			
Zimbabuê		0,5			
<b>País de acolhimento</b>		<b>2,0</b>	<b>1,2</b>	-	<b>0,8</b>
Numerário		2,0	0,8	-	0,8
Em espécie		-			
<b>FMI</b>		<b>2,9</b>	<b>0,0</b>	-	-
<b>Total geral</b>		<b>54,6</b>	<b>45,3</b>	<b>0,5</b>	<b>5,3</b>
<b>Orçamento do Documento Programático</b>		<b>59,6</b>			
<b>Défice de financiamento</b>		<b>-4,9</b>			

1/ Pode também referir-se a acordos que estão em fase de negociação e à data de aprovação dos acordos de Parceria para o Desenvolvimento de Capacidades (por ex. acordos flexíveis/globais).

2/ O montante das contribuições futuras é definido em zero para as parcelas liquidadas.

3/ Refere-se às transferências de uma fase do programa para a outra (transporte).

## VI. RISCOS E MITIGAÇÃO

A execução plena do programa de prestação de serviços de DC atualizado depende de uma série de fatores. Uma duração prolongada das medidas de confinamento, a concentração dos esforços das autoridades nas questões de saúde e segurança no curto prazo, a carência de ferramentas informáticas eficazes em alguns países para assegurar a capacitação à distância e forças de economia política impõem desafios significativos. O FMI e os parceiros de desenvolvimento estão a apoiar os países por meio do financiamento de emergência, das discussões ao abrigo do Artigo IV e da prestação de serviços personalizados de DC para responder melhor à pandemia de COVID-19 e para aplicar políticas que contribuam para uma rápida recuperação económica.

O Centro está a trabalhar com as autoridades através de canais remotos para dar resposta às necessidades críticas em matéria de prestação de DC. As recentes mesas-redondas e atividades de prestação de DC realizadas através de webinários, videoconferência e das plataformas WebEx e/ou Zoom têm sido

encorajadoras. O futuro programa de DC do Centro inclui mais prestação remota de AT e trabalho em formação durante a proibição de viagens. A colaboração das autoridades com o Centro continua a ser essencial para uma utilização eficaz dos recursos de DC destinados ao EF 21. O Centro continuará a realizar mesas-redondas com as autoridades, a fim de assegurar um apoio atempado às respostas de política para fazer face aos crescentes desafios impostos pela COVID-19 e realizar progressos nos marcos de reforma específicos. As considerações de compromisso político são tidas em conta, pelo menos implicitamente, no aconselhamento relativo à aplicação das reformas, em especial em termos da qualidade das consultas e da prorrogação dos prazos.

**O AFS está a colaborar com o ATI e a sede do FMI na prestação de novos cursos, sobre tópicos como o impacto macroeconómico da pandemia de COVID-19, análise e gestão do risco fiscal em situações de crise, governação, género e alterações climáticas.** Estes cursos estão a ser ministrados online e complementam os atuais seminários do AFS e cursos online oferecidos pelo ICD. Durante o período de confinamento, as autoridades devem tirar proveito dos cursos online gratuitos que são altamente pertinentes no atual contexto macroeconómico. Desenvolver uma estrutura básica de TI deve ajudar os países membros a melhorar a coordenação com a equipa do ATI e os provedores de DC durante o confinamento. O Centro manterá a flexibilidade na aplicação de abordagens compatíveis com as circunstâncias de cada país.

## VII. ANEXOS INFORMATIVOS

Anexo I – Execução do Programa de Trabalho do EF 21 (maio a julho de 2020)

Anexo II – Programa de trabalho atualizado do EF 21 (agosto de 2020 a abril de 2021)

Anexo III – Seminários, webinários e workshops atualizados no EF 21

### **Contacto do AFRITAC Sul:**

Coordenador do AFRITAC Sul

Abdoul Aziz Wane

Tel.: +230 401 2500

E-mail: [awane@imf.org](mailto:awane@imf.org)

## Information Annex I--FY21 Work Plan Execution (May - July 2020)

Project 1/	Country	Topic	Resource	Days
BSR	Regional	Webinar on Regulatory and Supervisory Responses to the Pandemic	STX	1
BSR	Regional	Webinar on Cybersecurity Risk of Remote Work during the Pandemic	STX	1
BSR	Regional	Webinar on Insurance Sector --Regulatory and Supervisory Response	STX	1
BSR	Mozambique	Basel II/III	STX	12
CADM	Angola	Project Management Office	STX	12
CADM	Angola	Project Management Office	STX	12
CADM	Comoros	Building capacity in Customs Valuation	STX	13
CADM	Eswatini	Data Matching Phase	STX	8
CADM	Eswatini	Data Matching Phase	STX	8
CADM	Seychelles	Customs Clearance Procedures	STX	12
CADM	Zambia	Intelligence & Risk Management	STX	12
CADM	Zimbabwe	Building capacity on Risk Management and Intelligence	STX	12
CADM	Zimbabwe	Customs Valuation	STX	8
CADM	Zimbabwe	Post Clearance Audit	STX	13
CADM	Madagascar	Project Management	STX	15
CADM	Comoros	Excise	STX	12
CADM	Zimbabwe	Building Capacity on Risk Management and Intelligence	STX	12
CADM	Zambia	Intelligence & Risk Management	STX	12
CADM	Angola	Strategic and Project Management	STX	14
CADM	Angola	Strategic and Project Management	STX	14
FFL	Mozambique	Amendment of the Central Bank Law	HQ	12
FFL	Mozambique	Amendment of the Central Bank Law	HQ	12
FFL	Mozambique	Amendment of the Central Bank Law	HQ	12
PFM	Regional	Webinar on PBB: Indian Ocean Commission (IOC)	LTX	5
PFM	Regional	Webinar on PFM in times of COVID-19	LTX	2
PFM	Lesotho	Desk Review of PFM Law	LTX	5
PFM	Botswana	PFM reform strategy	STX	18
PFM	Botswana	PFM reform strategy	STX	18
PFM	Comoros	Budget preparation - Strengthening budget framework	STX	16
PFM	Comoros	Budget preparation - Strengthening budget framework	STX	14
PFM	Comoros	Support for implementation of COVID 19 response	STX	15
PFM	Mozambique	Fiscal risks, MTFE and fiscal risk management	STX	9
PFM	Zambia	Medium-Term Fiscal Framework (COVID19)	STX	12
PFM	Zambia	Medium-Term Fiscal Framework (COVID19)	STX	7
PFM	Zimbabwe	Fiscal risks	STX	11
PFM	Madagascar	Implementation of COVID 19 response	STX	15
PFM	Angola	Webinar: Customized Training on Budget Processes (COVID-19)	STX	9
PFM	Angola	Webinar: Customized Training on Budget Processes (COVID-19)	STX	9
RSS	Botswana	National Accounts - Rebased national accounts and QNA	LTX	5
RSS	Namibia	National Accounts-Improving QGDP re-referecning GDP rebasing ANA	LTX	5
RSS	Regional	Training (Regional): Preliminary discussion on Covid-19 challenges in compiling GDP	LTX	8
RSS	Seychelles	National Accounts- Rebased ANA	LTX	12
RSS	Regional	Training (Regional): Covid-19 challenges in compiling GDP	HQ	5
RSS	Regional	Training (Regional): Covid-19 challenges in compiling GDP	LTX	5
RSS	Regional	Training (Regional): Covid-19 challenges in compiling GDP	LTX	5



**Information Annex I--FY21 Work Plan Execution (May - July 2020)**

Project 1/	Country	Topic	Resource	Days
RSS	Zambia	Price Statistics- PPI Development	STX	8
RSS	Angola	Dissemination of improved CPI series	STX	5
RSS	Zimbabwe	National Accounts COVID	STX	15
RSS	Lesotho	Price Statistics - Updating CPI	HQ	5
RSS	Comoros	Price Statistics	HQ	5
TADM	Angola	Training on high-performance leadership change management and innovation skills	STX	20
TADM	Angola	Training on high-performance leadership change management and innovation skills	STX	20
TADM	Comoros	Audit capacity for the Large Taxpayer Office	STX	15
TADM	Comoros	Audit capacity for the Large Taxpayer Office	LTX	12
TADM	Lesotho	Data Analysis	STX	15
TADM	Madagascar	Webinars on compliance management	STX	7
TADM	Madagascar	Set up of a Risk Management Unit	STX	15
TADM	Madagascar	Develop and implement a Taxpayer Services Strategy	STX	15
TADM	Seychelles	Webinar on Effective Compliance Management in a Crisis	LTX	3
TADM	Seychelles	Webinar on Effective Compliance Management in a Crisis	STX	7
TADM	Seychelles	Developing a Compliance Improvement Plan	STX	15
TADM	Zambia	Advancing progress in developing a compliance improvement plan	STX	15
TADM	Zambia	Advancing progress in developing a compliance improvement plan	STX	15

1/ PFM-Public Financial Management; TADM-Tax Administration; CADM-Customs Administration; BSR-Banking Supervision and Regulation; MFXMO-Money and Foreign Exchange Market Operation; FMIP—Financial Market Infrastructure and Payments; RSS-Real Sector Statistics, FFL-Financial and Fiscal Law.

2/ LTX-Long-term advisors; STX-Short-term advisors; HQ-Staff from IMF headquarters.

## Information Annex II--Updated FY21 Work Plan (August 2020-April 2021)

Project 1/ Country	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
BSR	Angola	1	BASEL II/III	LTX	12
BSR	Angola	1	BASEL II/III	STX	12
BSR	Botswana	1	Stress Testing	LTX	12
BSR	Botswana	1	Stress Testing	STX	12
BSR	Comoros	1	BASEL II/III	STX	12
BSR	Comoros	2	Risk-Based Supervision	STX	12
BSR	Comoros	2	Risk-Based Supervision	STX	12
BSR	Eswatini	1	Stress Testing	LTX	12
BSR	Eswatini	1	Stress Testing	STX	12
BSR	Lesotho	1	Risk-Based Supervision	STX	12
BSR	Madagascar	1	Risk-Based Supervision	LTX	12
BSR	Madagascar	2	BASEL II/III	STX	12
BSR	Madagascar	2	BASEL II/III	STX	12
BSR	Mauritius	1	Consolidated Supervision	LTX	12
BSR	Mauritius	1	Consolidated Supervision	STX	12
BSR	Mozambique	1	Governance - Follow up	STX	12
BSR	Namibia	1	Securitization	STX	12
BSR	Namibia	1	Securitization	STX	12
BSR	Namibia	1	Securitization	STX	12
BSR	Seychelles	1	Risk-Based Supervision	LTX	12
BSR	Seychelles	1	Risk-Based Supervision	STX	12
BSR	South Africa	1	Customised Training-Risk-Based Supervision	LTX	5
BSR	South Africa	1	Customised Training-Risk-Based Supervision	STX	5
BSR	South Africa	1	Customised Training-Risk-Based Supervision	STX	5
BSR	Zambia	1	BASEL II/III	STX	12
BSR	Zambia	1	BASEL II/III	LTX	12
BSR	Zimbabwe	1	Risk-Based Supervision	STX	12
BSR	Zimbabwe	1	Risk-Based Supervision	LTX	12
BSR	Zimbabwe	2	Governance - Diagnostic and follow up	STX	12
BSR	Zimbabwe	3	Crisis Management	STX	12
BSR	Regional	1	MCM Retreat	LTX	5
BSR	Regional	1	Webinar on International Financial Reporting Standards	LTX	5
BSR	Regional	1	Webinar on International Financial Reporting Standards	STX	12
BSR	Regional	1	Webinar on International Financial Reporting Standards	STX	12
BSR	Regional	2	Webinar on Governance in the Banking Sector	STX	12
BSR	Regional	2	Webinar on Governance in the Banking Sector	LTX	5
BSR	Regional	2	Webinar on Governance in the Banking Sector	STX	12
BSR	Regional	1	Webinar on Governance in the Banking Sector	LTX	2
BSR	Regional	1	Webinar on Crisis Management	LTX	1
BSR	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
FFL	Angola	1	PFM Law	HQ	8
FFL	Botswana	1	Income Tax and VAT	STX	10
FFL	Comoros	1	Tax - Customs	STX	10
FFL	Mauritius	1	Training of DNFBPs supervisors	HQ	8
FFL	Mozambique	1	Review of Central Bank Organic Law	HQ	8
ICD Course	Regional	1	Macroeconomic Training Course on FDI	HQ	12
ICD Course	Regional	1	Macroeconomic Training Course on FDI	STX	12
ICD Course	Regional	1	Monetary Policy Implementation and Operation Frameworks	HQ	12
ICD Course	Regional	1	Monetary Policy Implementation and Operation Frameworks	STX	12
CADM	Angola	1	Data Matching	STX	15
CADM	Angola	1	Data Matching	STX	15
CADM	Botswana	1	Leadership and Management Development	STX	10
CADM	Botswana	1	Leadership and Management Development	STX	10
CADM	Botswana	2	Leadership and Management Development (Phase II)	STX	16
CADM	Botswana	2	Leadership and Management Development (Phase II)	STX	16
CADM	Comoros	1	Excise	STX	19
CADM	Comoros	2	Risk Management	STX	13
CADM	Comoros	3	Legal TA	STX	11
CADM	Comoros	4	Training and Development	STX	16
CADM	Comoros	5	HQ mission	HQ	19

Project 1/	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
CADM	Comoros	5	HQ mission	STX	19
CADM	Comoros	5	HQ mission	LTX	14
CADM	Eswatini	1	Data Matching (Phase II)	STX	10
CADM	Eswatini	1	Data Matching (Phase II)	STX	5
CADM	Lesotho	1	Stakeholder Engagement and Excise Legislation	LTX	5
CADM	Lesotho	1	Stakeholder Engagement and Excise Legislation	STX	15
CADM	Lesotho	2	AEO and Stakeholder Engagement	LTX	5
CADM	Lesotho	2	AEO and Stakeholder Engagement	STX	15
CADM	Madagascar	1	Legal TA	STX	11
CADM	Madagascar	2	Project Management (Phase II)	STX	10
CADM	Madagascar	3	Valuation	STX	15
CADM	Mauritius	1	Intelligence	STX	12
CADM	Mauritius	1	Intelligence	STX	12
CADM	Mauritius	2	Intelligence (Phase II)	STX	12
CADM	Mauritius	2	Intelligence (Phase II)	STX	12
CADM	Mozambique	1	Governance	LTX	10
CADM	Mozambique	1	Governance	STX	15
CADM	Namibia	1	Data Matching	STX	8
CADM	Namibia	1	Data Matching	STX	8
CADM	Namibia	2	Data Matching (Phase II)	STX	8
CADM	Namibia	2	Data Matching (Phase II)	STX	8
CADM	Seychelles	1	Clearance Procedures and SE (Phase II)	STX	13
CADM	Seychelles	2	Business Continuity planning (Phase I)	STX	12
CADM	Seychelles	2	Business Continuity planning (Phase I)	STX	12
CADM	Seychelles	3	Business Continuity planning (Phase Iii)	STX	15
CADM	Seychelles	3	Business Continuity planning (Phase Iii)	STX	15
CADM	Seychelles	4	Customs Valuation	STX	7
CADM	Seychelles	5	Customs Valuation (Phase II)	STX	19
CADM	South Africa	1	Legal TA	LTX	14
CADM	Zambia	1	Intelligence and Risk Management	STX	7
CADM	Zambia	1	Intelligence and Risk Management	STX	7
CADM	Zambia	1	Intelligence and Risk Management	STX	7
CADM	Zambia	2	Post Control Audit	STX	11
CADM	Zimbabwe	1	Coordinated Border Management	LTX	5
CADM	Zimbabwe	1	Coordinated Border Management	STX	15
CADM	Zimbabwe	2	Customs Valuation	STX	8
CADM	Zimbabwe	3	Governance - Diagnostic and follow up	STX	14
CADM	Regional	1	FAD Retreat	LTX	9
CADM	Regional	1	Regional seminar on Data Matching	LTX	5
CADM	Regional	1	Regional seminar on Data Matching	STX	13
CADM	Regional	1	Regional seminar on Data Matching	STX	13
CADM	Regional	2	Regional Seminar on Leadership and Management Development	LTX	5
CADM	Regional	2	Regional Seminar on Leadership and Management Development	HQ	5
CADM	Regional	2	Regional Seminar on Leadership and Management Development	STX	10
CADM	Regional	3	Joint Tax and Customs Seminar Business Continuity Planning	STX	12
CADM	Regional	3	Joint Tax and Customs Seminar Business Continuity Planning	LTX	5
CADM	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
RSS	Angola	1	Compilation of rebased national accounts series	LTX	12
RSS	Angola	2	Seasonal adjustment of quarterly GDP	STX	5
RSS	Botswana	1	Rebasing national accounts and QNA improvement	LTX	12
RSS	Botswana	2	Rebasing national accounts and QNA improvement	LTX	5
RSS	Botswana	3	PPI development	STX	15
RSS	Comoros	1	Training on processing of source data and national accounts concepts	STX	12
RSS	Comoros	2	Compilation of the 2017-2019 national accounts	LTX	12
RSS	Comoros	3	Dissemination of improved CPI series	STX	12
RSS	Comoros	4	Training (in-country) national accounts	STX	19
RSS	Lesotho	1	Development QGDP and commence rebase of ANA	LTX	12
RSS	Lesotho	2	Development QGDP and commence rebase of ANA	LTX	12
RSS	Madagascar	1	Development of quarterly GDP series at current prices	LTX	12
RSS	Madagascar	2	Review of annual national accounts sources data and methods	LTX	12
RSS	Madagascar	3	Dissemination of rebased CPI	STX	12
RSS	Mauritius	1	Compilation of financial accounts and balance sheets	STX	12

Project 1/	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
RSS	Mauritius	2	Measurement of informal economy; Reviewing the discrepancy between the GDP by production and expenditure approaches	STX	12
RSS	Mauritius	2	Measurement of informal economy; Reviewing the discrepancy between the GDP by production and expenditure approaches	LTX	12
RSS	Mozambique	1	Improve QGDP	STX	15
RSS	Mozambique	2	Improve QGDP	STX	15
RSS	Mozambique	3	Rebasing CPI	STX	15
RSS	Mozambique	3	Governance - Follow up	STX	9
RSS	Namibia	1	Improving QGDP, re-referecning GDP and commence rebasing ANA	LTX	12
RSS	Namibia	2	PPI development	STX	15
RSS	Seychelles	1	Rebasing ANA	LTX	12
RSS	Seychelles	2	Rebasing ANA	LTX	12
RSS	Seychelles	3	Rebasing CPI	STX	15
RSS	South Africa	1	Seasonal adjustment	STX	15
RSS	South Africa	1	Seasonal adjustment	STX	15
RSS	South Africa	2	Residential Property Price Indices	STX	15
RSS	Eswatini	1	Dissemination of experimental quarterly GDP series	LTX	12
RSS	Eswatini	2	Seasonal adjustment of quarterly GDP (one-week in country off-site workshop and one-week TA)	LTX	12
RSS	Eswatini	2	Seasonal adjustment of quarterly GDP (one-week in country off-site workshop and one-week TA)	STX	19
RSS	Eswatini	3	Dissemination of the new PPI series and improvement of the computer-based tool	STX	5
RSS	Zambia	1	Compilation of improved GDP by expenditure	LTX	12
RSS	Zambia	2	Compilation of improved GDP by production/expenditure	LTX	12
RSS	Zimbabwe	1	Development of QGDP	STX	15
RSS	Zimbabwe	2	Development of workplan for CPI and PPI	STX	15
RSS	Zimbabwe	3	Governance - Diagnostic and follow up	STX	20
RSS	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
RSS	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
RSS	Regional	1	STA Retreat	LTX	5
RSS	Regional	2	STA Retreat	LTX	5
RSS	Regional	1	Two Webinars on CPI Business Continuity (French and Portuguese)	LTX	2
RSS	Regional	1	Regional Seminar on National Accounts	LTX	5
RSS	Regional	1	Regional Seminar on National Accounts	LTX	5
RSS	Regional	2	Regional Seminar on Prices	STX	5
RSS	Regional	2	Regional Seminar on Prices	STX	5
RSS	Regional	3	Training (Regional): Covid-19 challenges in compiling GDP (French and Portuguese)	LTX	10
RSS	Regional	4	Customised regional seminar on National Accounts	LTX	5
TADM	Angola	1	Strategic Management	STX	15
TADM	Angola	1	Strategic Management	LTX	7
TADM	Botswana	1	Compliance Management --Financial Sector	STX	15
TADM	Comoros	1	Tax Arrears	STX	15
TADM	Comoros	2	Taxpayer Registration	STX	15
TADM	Comoros	2	Taxpayer Registration	LTX	12
TADM	Comoros	3	Implementing Tax MIS	STX	15
TADM	Comoros	3	Implementing Tax MIS	LTX	5
TADM	Eswatini	1	Managing compliance of the insurance sector	LTX	5
TADM	Eswatini	1	Managing compliance of the insurance sector	STX	15
TADM	Lesotho	1	Data Analysis - Follow-up	STX	15
TADM	Madagascar	1	Strategic Management	STX	15
TADM	Madagascar	1	Strategic Management	LTX	12
TADM	Madagascar	2	Enterprise Risks and Internal Controls	STX	15
TADM	Madagascar	3	Tax Arrears	STX	15
TADM	Madagascar	4	Tax Audit	STX	15
TADM	Mauritius	1	Advanced Data Analysis	STX	24
TADM	Mozambique	1	Governance	LTX	14
TADM	Mozambique	2	Governance - Follow up	STX	9
TADM	Namibia	1	Strategic Management	LTX	7
TADM	Namibia	1	Strategic Management	STX	19
TADM	Namibia	1	Strategic Management	STX	17
TADM	Namibia	2	NAMRA Establishment	STX	15

Project 1/	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
TADM	Seychelles	1	Business Continuity Plan	LTX	12
TADM	Seychelles	1	Business Continuity Plan	STX	15
TADM	Seychelles	1	Business Continuity Plan	STX	15
TADM	Seychelles	2	Business Continuity Plan	STX	15
TADM	Seychelles	2	Business Continuity Plan	STX	15
TADM	South Africa	1	TADAT -follow up	HQ	12
TADM	South Africa	1	TADAT -follow up	STX	15
TADM	South Africa	1	TADAT -follow up	LTX	12
TADM	South Africa	2	Program review - Transfer Pricing	STX	15
TADM	Zimbabwe	1	Audit of Telecoms	STX	15
TADM	Zimbabwe	2	Strategy Setting and RMTF Review	LTX	14
TADM	Zimbabwe	3	Leadership and Change Management	LTX	5
TADM	Zimbabwe	3	Leadership and Change Management	STX	15
TADM	Zimbabwe	3	Leadership and Change Management	STX	15
TADM	Zimbabwe	4	Governance - Diagnostic and follow up	STX	12
TADM	Regional	1	FAD Retreat	LTX	9
TADM	Regional	1	SADC Meeting	LTX	3
TADM	Regional	1	ATAF Meeting	LTX	3
TADM	Regional	1	Training on International Survey on Revenue Administration (ISORA)	LTX	7
TADM	Regional	2	Joint Tax and Customs Seminar Business Continuity Planning	STX	12
TADM	Regional	2	Joint Tax and Customs Seminar Business Continuity Planning	STX	12
TADM	Regional	2	Joint Tax and Customs Seminar Business Continuity Planning	LTX	5
TADM	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
TADM	Regional	1	Professional Attachment Program	LTX	10
MFEMO	Angola	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Angola	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Angola	2	MPIO	STX	20
MFEMO	Angola	2	MPIO	LTX	14
MFEMO	Botswana	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Botswana	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Comoros	1	MPIO	STX	20
MFEMO	Comoros	1	MPIO	LTX	14
MFEMO	Lesotho	1	TBD	STX	20
MFEMO	Lesotho	1	TBD	LTX	14
MFEMO	Madagascar	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	16
MFEMO	Madagascar	1	Forecasting and Policy Analysis System	LTX	10
MFEMO	Madagascar	2	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Madagascar	2	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Mauritius	1	FOREX	LTX	8
MFEMO	Mauritius	1	FOREX	STX	16
MFEMO	Mauritius	2	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Mauritius	2	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Mauritius	2	Forecasting and Policy Analysis System	LTX	12
MFEMO	Mozambique	1	Governance - Follow up	STX	9
MFEMO	Seychelles	1	Financial Market Development	LTX	14
MFEMO	Seychelles	1	Financial Market Development	STX	20
MFEMO	Zambia	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Zambia	1	Forecasting and Policy Analysis System	STX	20
MFEMO	Zambia	2	FOREX	STX	20
MFEMO	Zambia	2	FOREX	LTX	14
MFEMO	Zimbabwe	1	TBD	STX	20
MFEMO	Zimbabwe	1	TBD	LTX	14
MFEMO	Zimbabwe	2	Governance - Diagnostic and follow up	STX	20
MFEMO	Regional	1	MCM Retreat	LTX	9
MFEMO	Regional	1	Regional Seminar on Debt Management (with PFM)	LTX	5
MFEMO	Regional	1	Regional Seminar on Debt Management (with PFM)	STX	14
MFEMO	Regional	2	Regional Seminar - Topic to be determined	LTX	5
MFEMO	Regional	2	Regional Seminar - Topic to be determined	STX	13
MFEMO	Regional	2	Regional Seminar - Topic to be determined	STX	13
MFEMO	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
FMI	Angola	1	Diagnostic	STX	17
FMI	Angola	1	Diagnostic	LTX	13
FMI	Botswana	1	Draft Guidelines	LTX	12

Project 1/	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
FMI	Botswana	1	Draft Guidelines	STX	21
FMI	Botswana	2	Legal TA	STX	13
FMI	Lesotho	1	FMI Assessment	LTX	12
FMI	Mozambique	1	Legal TA	LTX	9
FMI	Mozambique	1	Legal TA	STX	20
FMI	Mozambique	2	Governance - Follow up	STX	9
FMI	Mauritius	1	FMI Assessment	STX	20
FMI	Mauritius	1	FMI Assessment	LTX	5
FMI	Eswatini	1	Review	STX	13
FMI	Eswatini	1	Review	LTX	9
FMI	Seychelles	1	TBD	LTX	9
FMI	Seychelles	1	TBD	STX	13
FMI	Zimbabwe	1	TBD	LTX	17
FMI	Zimbabwe	2	Fintech: E-money supervision and regulation	STX	13
FMI	Zimbabwe	3	Governance - Diagnostic and follow up	STX	20
FMI	Regional	1	MCM Retreat	LTX	9
FMI	Regional	1	Regional Seminar on Cyber risks	LTX	5
FMI	Regional	1	Regional Seminar on Cyber risks	STX	28
FMI	Regional	1	Regional Seminar on Cyber risks	HQ	5
FMI	Regional	2	Regional Seminar on Fintech	LTX	5
FMI	Regional	2	Regional Seminar on Fintech	STX	28
FMI	Regional	2	Regional Seminar on Fintech	HQ	5
FMI	Regional	1	AFS Steering Committee	LTX	2
PFM	Regional	1	Webinar on Computerization and Digitalization to Enhance PFM Transparency	LTX	12
PFM	Regional	1	Webinar on Computerization and Digitalization to Enhance PFM Transparency	STX	12
PFM	Regional	1	Webinar on Computerization and Digitalization to Enhance PFM Transparency	STX	12
PFM	Regional	1	Multi-country customized peer learning workshops Public Investment Management	LTX	5
PFM	Regional	1	Multi-country customized peer learning workshops Public Investment Management	STX	5
PFM	Regional	1	Multi-country customized peer learning workshops Public Investment Management	STX	5
PFM	Regional	1	Mission on PBB/RBM for Indian Ocean Commission (IOC)	LTX	3
PFM	Regional	1	Mission on PBB/RBM for Indian Ocean Commission (IOC)	LTX	3
PFM	Regional	1	Mission on PBB/RBM for Indian Ocean Commission (IOC)	STX	12
PFM	Regional	1	Mission on PBB/RBM for Indian Ocean Commission (IOC)	HQ	12
PFM	Regional	2	Webinar on Fiscal Risks and Debt Sustainability Analysis in Low Income Countries	LTX	10
PFM	Regional	2	Webinar on Fiscal Risks and Debt Sustainability Analysis in Low Income Countries	STX	10
PFM	Regional	2	Webinar on Fiscal Risks and Debt Sustainability Analysis in Low Income Countries	STX	10
PFM	Regional	3	Webinar on Building Resilience to Natural Disasters and Climate Change	LTX	12
PFM	Regional	3	Webinar on Building Resilience to Natural Disasters and Climate Change	STX	12
PFM	Regional	3	Webinar on Building Resilience to Natural Disasters and Climate Change	STX	12
PFM	Regional	4	Workshops on sustainable financing for infrastructure	LTX	12
PFM	Regional	5	Steering Committee Governance & Evaluation	LTX	2
PFM	Regional	5	Steering Committee Governance & Evaluation	LTX	2
PFM	Regional	5	Steering Committee Governance & Evaluation	LTX	2
PFM	Regional	6	AFS Professional Attachment Program	LTX	5
PFM	AFRITAC South	1	FAD Retreat	LTX	5
PFM	AFRITAC South	1	FAD Retreat	LTX	5
PFM	AFRITAC South	1	FAD Retreat	LTX	5
PFM	Angola	1	MTFF and Fiscal Risks	LTX	10
PFM	Angola	2	Follow up mission on Public Investment Management	STX	12
PFM	Angola	3	Cash Management and Expenditure Arrears	LTX	12
PFM	Angola	3	Cash Management and Expenditure Arrears	STX	12
PFM	Botswana	1	Fiscal risks -SoE oversight	STX	14
PFM	Botswana	1	Fiscal risks -SOE Oversight	STX	14
PFM	Botswana	1	Fiscal risks -SOE Oversight	LTX	5
PFM	Botswana	2	Macroeconomic Frameworks and Analysis - Fiscal Rules	LTX	7
PFM	Botswana	2	Macroeconomic Frameworks and Analysis - Fiscal Rules	STX	13
PFM	Botswana	3	PFM Law and Institutions - IFMIS strategy	LTX	12
PFM	Botswana	3	PFM Law and Institutions - IFMIS strategy	STX	12
PFM	Comoros	1	Medium-Term Fiscal Framework	HQ	14
PFM	Comoros	1	Medium-Term Fiscal Framework	STX	14
PFM	Comoros	1	Medium-Term Fiscal Framework	STX	14
PFM	Comoros	1	Medium-Term Fiscal Framework	HQ	14
PFM	Comoros	2	Budget execution & control - Accounting and Cash-management	LTX	12



Project 1/ Country	Beneficiary Country	No. of Missions	Topic	Resource Type 2/	Days
PFM	Comoros	2	Budget execution & control- Accounting and Cash-management	STX	12
PFM	Comoros	2	Budget execution & control- Accounting and Cash-management	STX	12
PFM	Comoros	3	Fiscal Risks-Follow-up on FAD mission on SOEs	STX	20
PFM	Comoros	3	Fiscal Risks-Follow-up on FAD mission on SOEs	STX	20
PFM	Comoros	4	Fiscal Reporting - Improving fiscal reports and financial statement quality	LTX	14
PFM	Comoros	4	Fiscal Reporting - Improving fiscal reports and financial statement quality	STX	14
PFM	Eswatini	1	Budget Execution and Control - Commitment control and arrears management	LTX	12
PFM	Eswatini	1	Budget execution and control - Commitment control and arrears management	STX	12
PFM	Eswatini	2	Budget preparation - MTBF to support fiscal adjustment strategy	LTX	7
PFM	Eswatini	2	Budget preparation - MTBF to support fiscal adjustment strategy	STX	20
PFM	Eswatini	2	Budget preparation - MTBF to support fiscal adjustment strategy	STX	20
PFM	Lesotho	1	PFM Law and Institutions - Review PFM Law	LTX	12
PFM	Lesotho	1	PFM Law and Institutions - Review PFM Law	HQ	12
PFM	Lesotho	1	PFM Law and Institutions - Review PFM Law	HQ	12
PFM	Lesotho	1	PFM Law and Institutions - Review PFM Law	STX	12
PFM	Lesotho	2	PFM Law and Institutions - Review new PFM act and regulatons	LTX	5
PFM	Lesotho	2	PFM Law and Institutions - Review new PFM act and regulatons	STX	12
PFM	Lesotho	2	PFM Law and Institutions - Review new PFM act and regulatons	STX	12
PFM	Lesotho	3	Fiscal Risks -Fiscal risks from SOEs and PPPs	LTX	5
PFM	Lesotho	3	Fiscal Risks -Fiscal risks from SOEs and PPPs	STX	12
PFM	Lesotho	3	Fiscal Risks -Fiscal risks from SOEs and PPPs	STX	12
PFM	Madagascar	1	Budget Preparation - Wage bill and pension projection	STX	12
PFM	Madagascar	2	Budget execution and control: Accounting, cash-management and treasury reforms	LTX	12
PFM	Madagascar	2	Budget execution and control: Accounting, cash-management and treasury reforms	STX	12
PFM	Madagascar	2	Budget execution and control: Accounting, cash-management and treasury reforms	STX	12
PFM	Madagascar	3	Fiscal Risks: Follow-up on FAD mission on fiscal risk management	STX	12
PFM	Madagascar	3	Fiscal Risks: Follow-up on FAD mission on fiscal risk management	STX	12
PFM	Mauritius	1	Budget Preparation - PIM selection and preparation	LTX	3
PFM	Mauritius	1	Budget Preparation - PIM selection and preparation	STX	9
PFM	Mauritius	2	Fiscal Reporting and Asset and Liability Management follow up	LTX	12
PFM	Mauritius	2	Fiscal Reporting and Asset and Liability Management follow up	STX	12
PFM	Mauritius	3	Fiscal reporting and Asset and Liability Management -Transition to IPSAS	LTX	12
PFM	Mauritius	3	Fiscal reporting and Asset and Liability Management -Transition to IPSAS	STX	12
PFM	Mauritius	3	Fiscal reporting and Asset and Liability Management -Transition to IPSAS	STX	12
PFM	Mozambique	1	Training on using PFRAM to analyze risks from PPP	HQ	9
PFM	Mozambique	2	Fiscal Reporting and Asset and Liability Management --Accounting and Cash Managemen	LTX	12
PFM	Mozambique	2	Fiscal Reporting and Asset and Liability Management --Accounting and Cash Managemen	STX	12
PFM	Mozambique	2	Fiscal Reporting and Asset and Liability Management --Accounting and Cash Managemen	STX	12
PFM	Mozambique	3	Governance - Follow up	STX	12
PFM	Namibia	1	Budget Preparation - Strengthen the medium term budget formulation framework	STX	12
PFM	Namibia	1	Budget Preparation - Strengthen the medium term budget formulation framework	STX	12
PFM	Namibia	1	Budget Preparation - Strengthen the medium term budget formulation framework	LTX	12
PFM	Seychelles	1	PFM Law and Institutions - IFMIS Strategy	LTX	2
PFM	Seychelles	1	PFM Law and Institutions - IFMIS Strategy	STX	12
PFM	Seychelles	1	PFM Law and Institutions - IFMIS Strategy	STX	9
PFM	South Africa	1	Fiscal Objectives and Gender Budgeting workshop	HQ	14
PFM	South Africa	1	Fiscal Objectives and Gender Budgeting workshop	HQ	14
PFM	South Africa	1	Fiscal Objectives and Gender Budgeting workshop	STX	14
PFM	South Africa	1	Fiscal Objectives and Gender Budgeting workshop	STX	14
PFM	South Africa	2	Budget Preparation--Gender Responsive Budgeting	LTX	5
PFM	South Africa	2	Budget Preparation--Gender Responsive Budgeting	STX	5
PFM	South Africa	2	Budget Preparation--Gender Responsive Budgeting	STX	5
PFM	Zambia	1	Budget Execution & Control - PIM Implementation	STX	12
PFM	Zimbabwe	1	Fiscal risks- Fiscal risks from SOEs and PPPs	LTX	5
PFM	Zimbabwe	2	Budget Preparation - Baseline costing	LTX	5
PFM	Zimbabwe	2	Budget Preparation - Baseline Costing	STX	12
PFM	Zimbabwe	2	Budget Preparation - Baseline Costing	STX	12
PFM	Zimbabwe	3	PFM Law and Institutions- Governance Follow up	LTX	5
PFM	Zimbabwe	3	PFM Law and Institutions- Governance Follow up	STX	12
PFM	Zimbabwe	3	PFM Law and Institutions- Governance Follow up	STX	12

1/ PFM-Public Financial Management; TADM-Tax Administration; CADM-Customs Administration; BSR-Banking Supervision and Regulation; MFXMO-Money and Foreign Exchange Market Operation; FMIP—Financial Market Infrastructures; RSS-Real Sector Statistics; FFL-Financial and Fiscal Law.

2/ LTX-Long-term advisors; STX-Short-term advisors; HQ-Staff from IMF headquarters.

## Information Annex III--AFS Updated FY21 Seminars/Webinars

Project /1	Topic
PFM	<p>Webinar on PBB (Indian Ocean Commission)</p> <p>Webinar on PFM in times of COVID-19</p> <p>Webinar on IMF Capacity Development for Overcoming Current Macro-Fiscal/PMF Challenges</p> <p>Webinar on Budget Processes in the context of COVID-19- Angola</p> <p>Webinar on Fiscal Risks and Debt Sustainability Analysis (DSA) in Low Income Countries (September 2020)</p> <p>Webinar on Fiscal Risks and Covid- 19 Fiscal Stress tests (October 2020)</p> <p>Webinar on Building Resilience to natural disasters and climate change (January 2021)</p> <p>Multi-country customized peer learning workshop on Public Investment Management (November 2020)</p> <p>Webinar on Computerization and Digitalization to Enhance PFM Transparency (March 2021)</p>
Tax	<p>Customized webinar for Madagascar on managing tax compliance during the COVID19 pandemic</p> <p>Joint Tax and Customs Seminar on Business Continuity Planning (March 2021)</p> <p>Webinar on International Survey on Revenue Administration (January 2021)</p>
Customs	<p>Webinar on Data Analysis with AFE &amp; COMESA (January 2020);</p> <p>Webinar on Business Continuity and Disaster Management with AFE (March 2021); and</p> <p>Webinar on Leadership and Management Development with AFE (February 2020).</p>
BSR	<p>Roundtable Discussion on Cybersecurity Risk of Remote Work during the COVID-19</p> <p>Roundtable Discussion on Central Bank Support to Financial Markets during the COVID-19 Pandemic</p> <p>Roundtable Discussion - Insurance Regulatory and Supervisory Responses During the COVID-19</p> <p>Seminar on Governance in the Banking Sector (April 2021)</p> <p>Webinar on Crisis Management (October/November, 2020)</p> <p>Seminar on IFRS (April 2020)</p>
FMI	<p>Webinar on Cyber Risks (January 2021)</p> <p>Webinar on Fintech jointly with COMESA (April 2021)</p>
RSS	<p>Webinars Sub-regional to strengthen awareness on COVID-19 related challenges in compiling GDP</p> <p>Training (Regional): Preliminary discussion on Covid-19 challenges in compiling GDP</p> <p>Webinars on CPI Business Continuity (August and September 2020);</p> <p>Seminar on national accounts for beginners on basics of national accounts compilation methods and practices with AFW (April 2020)</p> <p>Seminar on national accounts with AFW (April 2021)</p> <p>Seminar on development of PPI (April 2021)</p>
Macroeconomic Training (ICD)	<p>Financial Development and Financial Inclusion</p> <p>Monetary Policy Frameworks and Operations with ATI (February 2021)</p>

1/ PFM-Public Financial Management; TADM-Tax Administration; CADM-Customs Administration; BSR-Banking Supervision and Regulation; FMIP—Financial Market Infrastructures; and RSS-Real Statistics.